

Universidade Católica de Goiás
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicologia

**Significados das figuras parentais, feminina, do outro
e com a própria sexualidade vivenciados por detentos
condenados por estupro de crianças.**

Hinayana Leão Motta Gomes

Goiânia
Maior de 2005

Universidade Católica de Goiás
Vice-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa
Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Psicologia
Mestrado em Psicologia: Psicologia Social e da Personalidade

**Significados das figuras parentais, feminina, do outro
e com a própria sexualidade vivenciados por detentos
condenados por estupro de crianças.**

Autora: Hinayana Leão Motta Gomes

Dissertação apresentada ao Departamento de
Psicologia da Universidade Católica de Goiás,
como requisito parcial para a obtenção do grau de
Mestre em Psicologia.
Orientador: Prof^o. Dr^o. Saturnino Pesquero Ramón.

Goiânia
Maio de 2005

O presente trabalho de dissertação, conforme os ditames da nova normalização consta de:

- 1 Um relatório da pesquisa bibliográfica comentada realizada para sua fundamentação teórica;
- 2 Um artigo científico com a fundamentação teórica e metodológica da pesquisa empírica realizada e a apresentação e discussão crítica dos seus resultados.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas	v
Lista de Figuras	vi
INTRODUÇÃO	01
Capítulo II - Área de pesquisa sobre o saber existente	05
2.1 Saber Teórico.....	05
2.2 Saber Empírico	51
2.3 Saber Metodológico.....	63
Artigo	75
Significados das figuras parentais, feminina, do outro e da sexualidade em detentos condenados por estupro de crianças	76
Resumo	76
Abstract.....	77
Método.....	82
Participantes	86
Instrumentos	87
Procedimentos	88
Resultados.....	89
Fase Descritiva	89
Leitura dos Resultados	93
Fase Redutiva	94
Leitura dos Resultados	95
Discussão	95
Considerações Finais	97
Referências Bibliográficas	99
Anexos.....	104
Anexo 1 – Teste de Completar Frases de Sacks (SSCT)	105

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Resultados dos significados explorados em cada unidade temática: Sujeito 1.

Tabela 2 - Resultados dos significados explorados em cada unidade temática: Sujeito 2.

Tabela 3 – Resultados dos significados explorados em cada unidade temática: Sujeito 3.

Tabela 4 – Componentes da estrutura global significativa: Sujeito 1.

Tabela 5 – Componentes da estrutura global significativa: Sujeito 2.

Tabela 6 – Componentes da estrutura global significativa: Sujeito 3.

Tabela 7 – Elementos variantes e invariantes nas estruturas significativas dos sujeitos estudados.

Lista de Figuras

Figura 1 - Percentual dos significados em cada unidade temática, realizados pelos três participantes.

Figura 2 - Distribuição dos elementos significativos variantes e invariantes das estruturas dos participantes estudados.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivenciamos uma demanda muito grande da sociedade por segurança, e concomitantemente presenciamos um aumento qualitativo e quantitativo da criminalidade e da violência em todos os campos e esferas sociais. Segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Goiânia é a segunda cidade mais violenta em crimes de estupro no país e assume a liderança no crime atentado violento ao pudor.

Muitos dos casos de crimes horrendos que envolvem agressão à criança permanecem como mistérios que deixam toda uma população perplexa e também a autora deste estudo, tocando em algo nas profundezas da condição humana. Dados da UNICEF (CRAMI, 2002) confirmam as dificuldades na elucidação de crimes desta natureza rotineiramente praticados às escondidas, sendo que a palavra da vítima é fundamental para elucidação do caso. Na maioria das vezes, esta palavra é silenciada, seja porque é uma experiência traumatizante, seja por problemas das instituições sociais na capacidade de coletar e manipular estes dados com eficiência. Estudos, como o de Gomes R. (1998), apontam para as dificuldades encontradas pelas vítimas no longo percurso entre a denúncia e o desenrolar do processo, instauração de inquérito ou ação penal, que via de regra levam à impunidade do agressor.

Segundo Souza et al (1993, citado em Vargas, 1999), as estatísticas de crimes sexuais contra a criança no Brasil têm privilegiado, como fonte de pesquisa, documentos elaborados no Sistema de Justiça Criminal, entretanto a análise de boletins de ocorrências e prontuários de medicina legal vem derrubando alguns mitos até então predominantes na crença em geral. Um destes mitos era o de acreditar que os agressores são desconhecidos da vítima. Azevedo e Azevedo Guerra (1988, citado em Vargas, 1999) encontraram reproduzindo as designações contidas nos boletins de ocorrência que não se preocupam em registrar o tipo de relacionamento entre vítima e agressor apenas

0,05% de casos de incesto. Em estudo mais recente, Pimentel et al. (1998, citado em Vargas, 1999), analisando dados de estupros coletados em 50 processos referentes às cinco regiões brasileiras, concluíram que 70% dos envolvidos se conheciam, e, destes, 18% mantinham relacionamentos incestuosos.

Considerando que o foco aqui é o crime de estupro, cabe apontar como o sistema legislativo brasileiro trata o problema em questão. De acordo com o Código Penal Brasileiro, artigo 213, o estupro é assim definido: “*constranger mulher à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça*”.

Os elementos constitutivos do estupro podem ser então alinhados: conjunção carnal com mulher à força, emprego de violência ou grave ameaça. Por conjunção carnal, entende-se a cópula, ou seja, a intromissão do pênis na cavidade vaginal. A definição do estupro, no conceito do Código descarta a possibilidade deste crime em pessoas (adulto ou criança) do sexo masculino, pois somente a mulher é passível de estupro, conforme declara o artigo 213.

Ainda, segundo o Código Penal, a penetração forçada do pênis no ânus, independentemente do sexo da vítima se constitui em um outro crime: atentado violento ao pudor, artigo 214 do Código, que diz: “*Consiste em constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a praticar ou permitir que com ele se pratique ato libidinoso diverso de conjunção carnal*”.

Cabe dizer que neste presente trabalho não se fará esta distinção, sendo considerado estupro tanto a penetração forçada do pênis na vagina, quanto no ânus. O que caracteriza o estupro, segundo as leis vigentes é a manifestação de resistência por parte da vítima, o que é descartado em vítimas que não são maiores de 14 (quatorze) anos, conforme artigo 224 do Código: “*da Presunção de violência – presume-se a violência, se a vítima: a) não é maior de 14 (quatorze) anos...*”

Estes apontamentos são importantes para esclarecer que este trabalho tem como vítimas crianças do sexo feminino, (pois não houve registros quanto a vítimas do sexo masculino no período da pesquisa), com idade até 11 anos e não visa traçar um perfil do esturador, o que existe em grande variedade na literatura. O objetivo central desta pesquisa é explorar, por meio, do método qualitativo-fenomenológico, os significados vividos e refletidos pelos participantes acerca do comportamento estudado. Outros objetivos também destacados são: desvelar os significados nas vivências assinaladas, e que podem estar presentes, como determinantes na conduta estudada; refletir sobre as estruturas significativas, proporcionando a análise dos elementos variantes e invariantes; e analisar os resultados obtidos, no sentido de confirmarem, questionarem ou ampliarem o saber existente consultado.

Com estes objetivos, pretendemos, em primeiro lugar, conhecer os significados da experiência do estupro de crianças, fornecendo subsídios para ações preventivas no campo da violência sexual cometida contra crianças, fazendo-se necessário tornar mais visível o que está por trás de atos tão violentos para que profissionais da área da saúde possam melhor atuar, já que não existe na literatura pesquisas que buscam o significado, a partir dos seus autores, do ato de esturpar. As unidades de significados encontradas podem, por outro lado, auxiliar em um maior entendimento sobre o autor e seu crime, e posteriormente, orientar programas de tratamento, bem como prever condutas futuras. O valor heurístico de desvelar os significados se fundamenta no postulado básico da chamada Psicologia Fenomenológica, onde “todo comportamento, sem exceção, está completamente determinado pela esfera fenomênica (*perceptual field*) do organismo que se comporta” (Combs & Snygg, 1959, p.20). Este postulado reflete a doutrina da intencionalidade, preconizada por Franz Brentano, que coloca que o “ser humano está sempre orientado

em direção a algo, que não ele mesmo, e que os significados do mundo não podem ser compreendidos, exceto nos termos da relação dele com o mundo” (Giorgi, 2000, p.71).

Com o exposto até aqui fica evidente que, embora se encontre uma ampla literatura sobre o assunto abordado, pouco se tem do aspecto enfatizado neste trabalho, que procura o saber que existe por trás da experiência; experiência esta que se constitui a partir do sujeito que vive e dos cenários sociais dos quais faz parte. Experiência esta que só pode ser acessada a partir de seus autores. A exploração fenomenológica do estupro, por meio da estimulação do discurso dos seus autores é um domínio aonde a ciência ainda não caminhou e por onde humildemente pretendo caminhar.

Esta dissertação está dividida da seguinte forma: O capítulo 2: Desenvolvimento teórico, apresentado por meio de resenhas dos textos consultados, foi dividido em sub-tópicos: no sub-tópico 2.1 foi feito um levantamento sobre o saber teórico; no 2.2 compilou-se dados sobre o saber empírico e no 2.3 um estudo do saber metodológico, ou seja, o Método Qualitativo de enfoque Fenomenológico. Na seqüência, encontra-se o artigo com os resultados e discussões e considerações finais do presente estudo.

Capítulo II - Área de Pesquisa Sobre o Saber Existente

2.1 Saber teórico

Vigarello, G. (1998). *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*.

Magalhães, L. (trad.) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Resenha

Esta obra do historiador francês Georges Vigarello, que aborda o corpo e suas representações, traz relatos assustadores da história do estupro na França entre os séculos XVI a XX. O resultado é uma reportagem histórica e inédita, fartamente documentada. A obra divide-se em quatro partes: “O Ancien Régime, a violência e a blasfêmia” que elucida o estupro e o tratamento a ele desprendido nos séculos XVI e XVII, em que o estupro era considerado um crime contra a moral e os bons costumes, como adultério, fornicção e sodomia, e somente eram condenados casos com vestígios visíveis como ferimentos, testemunhos unânimes, objetos quebrados, etc. A segunda parte “Subversão e Impotência relativa do Código”, trata da segunda metade do século XVIII onde se começa a configurar uma nova visão do estupro e da violência como um todo. A sociedade e a justiça estão mais rigorosas quanto à violência. A terceira parte do livro, “O Direito Moderno e a Graduação dos Atos” retrata o século XIX e se caracteriza principalmente pelo aparecimento de uma nova tradição: o uso de palavras novas que hierarquizam a violência, um novo jogo presente no código penal. Expressões como “atentado ao pudor” escalonam os fatos e qualificam atos menos graves do que o estupro. A quarta parte, “Inventar o Estuprador”, no fim do século XIX, faz referência não ao resultado dos processos, ou sobre as discussões dos indícios, o importante está nos comentários sobre o crime e as discussões sobre o acusado. Uma gradativa tomada de consciência começa a se instaurar em meados desse século, no começo um

sentimento vago que culmina com a sensibilidade, passando a considerar um ato extremo, quase que um crime novo, o crime contra as crianças. Inexoravelmente os estupro ou atentados ao pudor contra adultos e crianças não podem mais ser considerados da mesma natureza. Os crimes sexuais contra as crianças alcançam um status definitivo e, separado do estupro cometido em adultos. Conseqüentemente a população desloca a atenção dos crimes com armas de fogo para uma nova curiosidade: os crimes de estupro/homicídio infantis. A essa curiosidade se acrescenta mais outra: a curiosidade pelo criminoso, o estuprador.

A medicina, a psicologia, o direito e outras áreas afins, estudam o estuprador; as perversões são inventadas, a hipnose é usada, mas de qualquer forma, pouca coisa muda no cotidiano dos julgamentos. Ainda é difícil condenar um homem sozinho que estupra uma mulher sozinha, e apesar de o número de condenações ser maior, ainda persistem, nos crimes contra crianças uma preocupação em se procurar uma eventual depravação da vítima. O abuso sexual ainda se apaga mediante a violência física nas atenções da imprensa e das mentalidades. A quinta e última parte do livro “O Debate dos Costumes – estupro e sociedade hoje” altera a preocupação para o dano interior causado por crimes de estupro. Há um deslocamento do olhar sobre o estupro e o incesto, a gravidade do crime é medida pela saúde mental e psicológica da vítima, ao invés do sofrimento físico. A lei se reorganiza para trabalhar com o crime considerado o mais abominável de todos – o estupro infantil; a igualdade entre homem e mulher transforma a atitude da vítima de silêncio absoluto para uma queixa legitimada, produzindo mais equidade no processo.

Entretanto, cabe ressaltar que o autor intervém com a triste conclusão de que a história do estupro está inacabada, dados estatísticos, queixas e condenações, sobretudo por crimes contra crianças crescerem seis vezes em um período de dez anos e surge uma

questão: os casos de crimes sexuais contra crianças têm aumentado ou aumentou-se o número de queixas, antes silenciadas pela brutalidade e insensibilidade do sistema social/penal?

No século XVIII *“há uma estrita correspondência entre a violência e o estupro dada à classe social de seus autores”*, a condição socioeconômica, a quem a violência é feita. Esses fatores aumentam ou diminuem a importância do crime, ou seja, tanto mais grave será o crime quanto maior for a condição social da vítima. Ao contrário, quando o autor do estupro é pobre, o crime é agravado. E mais, os indícios demonstram que na hierarquia dos crimes antigos, o assassinato era o bastante para o esclarecimento de um crime: não se investigava sequer a possibilidade de estupro. Há poucos registros de estupro seguido de morte em crianças, e as razões são claras: os casos eram apurados apenas como homicídios. No final do século XVII, começo do século XVIII, os casos de notificação de estupro em crianças aumentam, mas a impunidade e a tolerância são altas (setenta por cento dos casos são absolvidos) e havia o risco de se colocar em dúvida a moral e os comportamentos das jovens vítimas deste tipo de crime. Era comum encontrar expressões nos casos jurídicos de *“criança libertina”*. Nesta época também não haviam relatos de estupro em meninos. Apenas no fim do século XIX o estupro-homicídio infantil seria tratado como *“crime-símbolo”*, embora fosse considerado apenas a violência sexual.

No século XX haverá um *“extremo empenho”* em relação a este crime que passa a ser julgado o mais *“abominável”* de todos. A violência sexual é considerada mesmo na ausência de ferimentos físicos. Trata-se de uma visão mais preocupada às vítimas, que se confirma pela multiplicação das categorias (crianças em perigo, por exemplo), multiplicação dos meios de observação e finalmente multiplicação dos meios de sensibilizar a comunidade.

A crueldade com a criança desloca-se da violência física e passa a ser da violência sexual. O autor finaliza a cruel realidade histórica do estupro afirmando que se trata de um ato pesadamente condenado nos textos, papéis, mas ainda pouco perseguido de fato, visto que as condenações não coincidem com as denúncias e que ainda existem inúmeros casos prováveis que não foram notificados. O silêncio se impõe, com exceção de alguns casos divulgados pela mídia e descritos como horrores pela justiça, pelos boletins de ocorrência e pelos jornais:

castigo solene e raro de um lado, segredo difuso e maciço de outro, mantido pelas vítimas e pelos agressores, pelos próximos, pelos parentes; facilidade pela impotência da vítima, facilidade pelo hábito do arranjo financeiro também, com seu desfecho sempre possível, normatizando até os detalhes uma indenização garantida por testemunhas. (p.245)

Já no século XX, o crime de estupro de crianças, passa por uma transformação dada à profundidade do trauma psicológico, há um deslocamento do sofrimento físico para o sofrimento psíquico, trauma irremediável que rompe com a existência sacralizada da criança, onde inclusive o próprio agressor, às vezes passa a reconhecer a evidente e definitiva ferida. O crime contra a criança passa a ser considerado uma atrocidade. Há um aumento inexorável das penas (11 anos em média de reclusão), punindo-se para prevenir futuras reincidências, e no caso do reincidente, há o estabelecimento de penas irredutíveis (Prisão perpétua) e busca de soluções alternativas como condenar a tratamentos.

A sociedade atual tem outra imagem dos crimes sexuais, e especificamente do estupro. A igualdade entre homens e mulheres transformou a atitude das vítimas, imputando mais legitimidade à queixa e mais equidade no processo. Os efeitos dos

crimes também tiveram modificações quanto à sua visão, que ora, são dominados pelos traumas e danos psicológicos em longo prazo. O resultado do crime deixa de ser a imoralidade e passa para a morte psicológica, não se trata de depravação, mas quebra de identidade da vítima, concedendo um novo e definitivo lugar ao estupro contra crianças.

Comentário Teórico

Este livro envolve, basicamente, um trabalho minucioso de pesquisa histórica-reflexiva sobre o estupro e suas representações ao longo dos séculos na França e, embora este estudo registre um processo de constituição da realidade histórica de um outro país, seu conteúdo é bastante rico, principalmente no que diz respeito ao crime de estupro em crianças e podendo auxiliar no esboço da história do estupro em crianças no Brasil, inclusive, no tocante ao caminho trilhado pelas reformulações das leis francesas contra este tipo de crime. O autor registra, com grande riqueza de material, dados e estudos de casos, a forma como foi escrita a história do estupro (neste trabalho enfatizarei o estupro infantil) na França, de um crime contra a moral e os bons costumes, para o mais horrendo de todos atualmente; da preocupação com a “moral” das vítimas para a legitimação da queixa e equidade nos processos penais; do perigo do dano físico ao dano psicológico, e morte psíquica. Os registros e reflexões do autor poderão contribuir para a compreensão da realidade do estupro no Brasil, principalmente no que diz respeito ao silêncio das vítimas, e na transformação deste tipo de crime no mais abominável de todos, inclusive no Brasil, onde alguns poucos casos de estupro, violência e até morte ganham uma grande repercussão na mídia, mas subtraindo este alarde a impressão é de que pouco ou nada tem sido feito para a diminuição dos crimes sexuais contra a criança no Brasil.

Fromm, E. (1973). *Anatomia da destrutividade humana*. Matos, M. A. de M. (trad.). 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

Resenha

Nesta vasta obra dividida em três partes o autor nos convida a uma grande reflexão teórica sobre a agressividade. Para tanto, na primeira parte do livro (Instintivismo, Behaviorismo, Psicanálise) visita as grandes escolas de pensamento psicológico, questiona, reflete e contrapõe-se a elas.

Fromm analisa a destrutividade e crueldades humanas, e contrapondo-se às duas posições teóricas – Instintivismo e Behaviorismo, inclusive com questionamentos de origem empírica (segunda parte do livro: Dados Comprobatórios Contra a Tese Instintivista) propõe duas espécies diferentes de agressão: agressão defensiva ou benigna e agressão maligna ou crueldade e destrutividade (terceira parte: As Variedades da Agressão e da Destrutividade e suas Respectivas Condições).

Fromm questiona as duas posições, afirmando que são “monoexplicatórias”, carregadas de preconceitos dogmáticos e forçosamente obrigam o pesquisador ou estudioso a encaixar os dados em uma ou outra posição.

Os instintivistas, e neo-instintivistas (os mais conhecidos são Sigmund Freud e Konrad Lorenz) acreditam, basicamente, na tese de que a agressividade tal qual se manifesta no comportamento, é devido a um instinto filogeneticamente programado, inato, que procura descarga e aguarda um momento oportuno para exprimir-se. Possuem um modelo hidráulico-mecânico, onde a energia é sustentada pelas “comportas” e que extravasam em determinadas condições (McDougall, 1913). Outra analogia utilizada é a de uma câmara em que o gás libera-se constantemente (McDougall, 1923). Freud seguiu um esquema hidráulico onde a libido aumenta -► a tensão cresce-► o desprazer amplia-

se, e o ato sexual faz com que a tensão e o desprazer diminua, até que comece a crescer novamente. Lorenz, por sua vez, coloca que a energia específica de reação seria como “um gás que fosse constantemente bombeado num determinado recipiente” ou um líquido num reservatório que pode descarregar-se através de uma válvula elástica colocado no seu fundo (Lorenz,1950).

Freud, em 1923, deu um passo importante ao ampliar sua teoria da libido e autopreservação como as únicas forças que dominavam o homem, e ao criar o conceito de instinto de morte sua teoria deixou de ser fisiológica-mecanística para sustentar um posicionamento biológico, considerando o organismo como um todo e analisando as fontes do amor e do ódio. Entretanto, essa teoria carece de um estudo aprofundado do nosso sistema social, o que pode ser explicado pela tendência geral de Freud de explicação conceitual dualista, na qual duas forças opõem-se uma à outra. Esta dicotomia apresentava-se primeiramente entre libido e autopreservação e mais tarde, a que se registrou, entre os instintos de vida e de morte. Freud procurou a todo custo casar os impulsos destrutivos e agressivos do homem com os instintos, que são inatos, e Fromm irá questionar exatamente a origem da destrutividade, que para ele só pode ser compreendida sob uma análise sócio-biológica –histórica.

Já a teoria de Lorenz apresentou grande repercussão na Psicologia Social, considerando a agressão como uma excitação interna que procura liberação e que procurará expressar-se independente do estímulo externo (analogia com a água represada dentro de um recipiente fechado). A agressão está relacionada à sobrevivência (perigos da morte pela fome, pelo congelamento, e o de ser devorado por outros animais selvagens) e ao processo de evolução do homem (tais perigos cessaram), o instinto que servia de proteção passou a funcionar descontroladamente e a agressão tornou-se uma ameaça.

Lorenz é etologista, ou seja, baseia suas crenças teóricas de natureza hidráulica da agressão, nas experimentações levadas a efeito em animais, peixes e pássaros em cativeiro, e embora não verifique este comportamento no homem, Lorenz procura prová-lo por analogia, descobrindo semelhanças entre o comportamento humano e o dos animais por ele estudados. Assim, conclui-se que ambas as espécies de comportamento têm a mesma causa e só é possível compreender a agressão estudando-se, ao longo da evolução, todas as suas formas de manifestação que nos foram passadas filogeneticamente de geração em geração.

Neste ponto, ambos colocam a agressividade no cerne da natureza humana animal, algo ingovernável que se dirige para a destruição, algo inerente à natureza humana, impossível de controlar, passível apenas de compreensão, transformando-se em uma ideologia e eximindo-se do árduo trabalho de investigação histórico-social. Entretanto, há divergências no pensamento destes dois neo - instintivistas. Freud era representante do Iluminismo e acreditou genuinamente no poder da razão, postulando de forma autêntica a necessidade de o homem ter autoconhecimento, e aceitou a perda de Deus. Lorenz, por sua vez, fez de sua teoria um darwinismo moral e social pregado com romantismo, não aceitando a perda de Deus e transformando a teoria da evolução em algo a ser idolatrado, obscurecendo a compreensão dos fatores biológicos, psicológicos e sociais que estão subjacentes a qualquer estudo sobre a agressão humana.

Dados antropológicos demonstraram que as teorias instintivistas não se sustentam, uma vez que a destrutividade e a crueldade são mínimas em um grande número de sociedades, e as sociedades menos civilizadas exibem menor destrutividade do que as dos povos mais desenvolvidos. Todos os dados apontam para a posição de que a agressividade (no sentido de destrutividade) não é inata, não faz parte da natureza humana.

A outra posição teórica, o Behaviorismo, em contraste com os Instintivistas não se interessa pelas forças subjetivas (internas) que levam o homem a comportar-se de determinada forma, não estando preocupada com o que ele sente, mas tão somente com o modo por que ele se comporta e o condicionamento social que molda seu comportamento. Em outros termos, não se estuda a agressão, mas o comportamento agressivo e os possíveis reforços que estão subjacentes a este seu comportar. A Psicologia deixou de estudar o homem que comporta, para estudar o comportamento.

Como foi colocado acima, Fromm distingue dois tipos de agressão, e postula que a incapacidade de distinguir estas duas espécies completamente diferentes de agressão leva a análises simplistas e reducionistas.

A agressão “benigna” ou defensiva tem como finalidade a sobrevivência, sendo biologicamente adaptativa e existente enquanto a ameaça persistir. É constituinte da natureza humana, embora não seja inata, pois se evidencia a presença do fator aprendido. Está presente em todos os animais, embora existam algumas diferenças.

A agressão “maligna”, definida como crueldade e destrutividade é inerente à espécie humana, não é filogeneticamente programada, não é biologicamente adaptativa e não tem finalidade alguma; sua satisfação é voluptuosa.

O problema e real perigo para a existência do homem como espécie é esta agressão “maligna”. Fromm coloca que o homem é o único animal que mata e tortura os membros de sua espécie por prazer ou sem motivo aparente. A causa disto, segundo ele, pode estar na seguinte distinção: a agressão benigna parece estar ligada aos instintos, ou seja, está enraizada às necessidades fisiológicas do homem (impulsões orgânicas), portanto, é inata, enquanto que a agressão maligna está ligada ao caráter, “segunda natureza” do homem, que está ligada às paixões humanas, tais como amar, ser livre e também impulsos como de destruir, torturar, controlar e até matar. Fromm sustenta que

só podemos compreender as paixões humanas, tanto as “boas” quanto as “más”, como uma tentativa do homem de dar sentido à sua vida e de transcender uma existência banal.

A destrutividade aparece sob duas formas: a espontânea e a que se insere na estrutura do caráter.

As formas espontâneas surgem a partir de condições externas que as estimulam, e neste caso, não é a natureza que irrompe repentinamente, mas um potencial destrutivo que se ativa por reações a um sofrimento intenso e não justificado, como na destrutividade vingativa, em certos grupos religiosos ou que buscam o estado de transe, e também em personalidades que parecem cultivar a destrutividade.

As destrutividades de caráter são melhores definidas e ricas, mais estáveis e mais prolongadas. O sadismo é a “paixão por um controle absoluto e irrestrito sobre um ser vivo, seja animal, criança, homem ou mulher”. Os traços sádicos não podem ser compreendidos isolados de sua estrutura global do caráter, mas envolvem a necessidade de controlar, diferentemente da pessoa destruidora que deseja se livrar ou eliminar o outro, o sádico é estimulado por pessoas desamparadas e frágeis, sente medo de tudo que não é previsível e esconde uma contradição: é submisso e covarde.

Já a destrutividade sob a forma de necrofilia, segundo Hentig, citado em Fromm (1973), pode ser descrita como “a apaixonante atração por tudo que é morto, pútrido, doentio; é a paixão de transformar o que é vivo em algo sem vida; de destruir pelo prazer de destruir; o interesse exclusivo em tudo o que seja puramente mecânico. É a paixão de despedaçar estruturas vivas”. Sendo mais freqüente do que se supõe, uma vez que poucas pessoas encontram oportunidades de satisfação, exceto aqueles que trabalham diretamente com cadáveres em cemitérios e necrotérios, e também médicos e criminosos. Existem muitos casos de necrofilia ligados ao sexo, onde a visão de um

cadáver traz excitação sexual. Também existem casos onde o que está presente é o desejo de matar e destruir. A necessidade psíquica do desenvolvimento da necrofilia, com um resultado da mutilação deve ser entendida em relação à sua existência. Se o homem não for capaz de criar, de romper com o narcisismo e isolamento, para não cair em um profundo sentimento de impotência vital e inércia, busca a afirmação por meio da destruição, onde não se exige esforço, paciência ou cuidado, apenas braços fortes, potência e uma arma.

Para finalizar, Fromm coloca que as formas malignas da agressão não são inatas, surgiram devido à mudança contextual do homem pré-histórico que vivia em bandos e que possuíam um mínimo de destrutividade e muita cooperação e partilha, para um contexto onde há um crescimento da produtividade, da divisão do trabalho, hierarquias, elites e processos de exclusão. A destrutividade e a crueldade apareceram na mesma proporção em que a civilização e o papel do poder também se expandiram.

Como as formas de agressão maligna não são inatas, conseqüentemente podem ser reduzidas se amenizarmos as condições socioeconômicas desfavoráveis, transformando-as em condições que beneficiem o crescimento e desenvolvimento pleno da existência humana, de suas necessidades e capacidades genuínas, propiciando a auto-atividade e o poder criativo. “A exploração e a manipulação acarretam o tédio e a trivialidade; o homem deformado e todos os fatores que o transforma em um aleijado psíquico também o transformam em um sádico ou destruidor”.

Comentário Teórico

Acredito que este livro tem uma importância significativa em meu trabalho, pois a princípio Fromm questiona as formas dicotomizadas de se pensar sobre a agressão, ora privilegiando a genética, ou a evolução do homem e ora privilegiando

apenas o ambiente. A contribuição desta obra dar-se-á no sentido da análise da agressividade maligna, ou da destrutividade que segundo o autor só poderá ser compreendida dentro de um contexto sócio-biológico-histórico, o que acredito realmente ser uma posição acertada. O autor, apesar de ser psicanalista, com enfoque humanista, possui uma visão dialética existencial dos processos de formação do homem. Sem dúvida trata-se de uma visão mais globalizada, corajosa, que questiona, reflete e busca soluções para a agressividade humana, embasada nos processos sociais, políticos e econômicos.

Outra contribuição importante é a discriminação de dois tipos de agressividade, a benigna e a maligna. Essa distinção parece ser importante ao demonstrar as características positivas e vitais no papel da agressividade no desenvolvimento humano.

Berke, J. H. (1988). *A tirania da malícia: explorando o lado sombrio do caráter e da cultura*. M. Campello (trad.). Rio de Janeiro: Imago, 1992. 538p.

Resenha

Nessa obra o autor busca compreender tanto a capacidade de destruir quanto a de fazer o bem. A tirania da malícia é dividida em três partes: a primeira fala sobre a natureza da malícia (o que é, como opera, por que existe, e o que a atrai). A segunda parte – O impacto da malícia - aborda sobre sua influência em cidadãos e sociedade. A terceira parte – Elaborações - fornece discussão e explicações mais detalhadas de questões discutidas anteriormente. Aqui nos interessa especialmente a primeira parte do livro, a qual nos deteremos pormenorizadamente.

O autor, no capítulo um “Transformarei então sua Virtude em Breu”, analisa a inveja como um sentimento que corrompe e corrói o amor, transforma o bem em mal e faz da vida um fundamento para a morte. A inveja se diferencia da cobiça por sua natureza rancorosa. A pessoa cobiçosa deseja ter para superar um vazio interior, não impedindo os outros de ter. Já a pessoa invejosa sente-se mais inferior do que vazia. Ao ver os outros cheios de vida e coisas boas, a pessoa invejosa depara-se com suas próprias limitações e defeitos. Seu objetivo é desvalorizar e denegrir o que os outros têm. A segurança da cobiça consiste em se libertar do vazio, por outro lado, a da pessoa invejosa consiste numa igualdade de vazio. A inveja é uma avidez pelo self, nunca estando satisfeitas, pois para o invejoso o outro tem ou vale mais do que si mesmo. A cobiça é uma avidez pela vida, a pessoa jamais pode imaginar que tem ou terá o suficiente. Entretanto o cobiçoso admite a vida, a bondade no mundo, a beleza a nutrição e o amor; para o invejoso o “amor é engano, vida é morte e Deus é demônio“. Evidencia-se a diferença entre cobiça e inveja em crimes onde o ladrão ou o arrombador

quer destituir-se do que temos e fugir o mais rápido possível, o que é diferente do incendiário que destrói uma casa ou de uma pessoa que causa danos físicos premeditadamente, apenas como intuito de destruir.

O ciúme surge devido ao temor da perda da pessoa amada e seu objetivo é eliminar uma terceira parte importuna, ou seja, surge sempre no interior de um grupo, envolve um trio. A cobiça e a inveja são estados emocionais mais primitivos que não envolvem as relações, ou seja, o ciúme é sempre triangular, ao passo que a inveja é dual.

A irracionalidade do ciúme origina-se de uma tendência em exagerar a perda (quando esta ocorre) ou imaginá-la quando não ocorre. Da inveja nascem conflitos que destroem o amor e pode ser inclusive um conflito ciumento, já o ciúme nasce de um conflito amoroso.

O ciumento geralmente possui suspeitas de infidelidade, que indicam uma grande insegurança quanto à sua própria capacidade de despertar o amor, que pode levar a sentimentos de desvalorização, inferioridade e ataques homicidas. O ataque contra um parceiro ou contra a terceira parte é a expressão de uma fúria vingativa estimulada pelo ciúme. A vingança ciumenta tem vínculo com o ciúme e a inveja, sob a forma de devolver o ataque a que foi vítima, destruindo a felicidade e os encantos do antigo parceiro.

O autor diferencia ainda o ciúme, a inveja e cobiça, colocando que o ciúme não está presente no nascimento. Há ainda associações morais históricas do ciúme com amor e ódio, entretanto na inveja só existe o ódio. Essa diferenciação acontece inclusive na lei: Crimes cometidos “com malícia premeditada” são punidos mais severamente do que os crimes de paixão.

O mau olhado, expressão que dá nome ao capítulo dois, é outro poder que

causa danos por meio de um olhar maléfico intenso imbuído de hostilidade e maldade, e na verdade é a manifestação ativa do eu invejoso. A inveja, além de uma emoção, é força emocional profunda que impõe alterações na forma como a pessoa vê, sente e age. Seu início está no olho que exagera, deforma e escolhe coisas para odiar.

A negação da realidade por meio da descarga dos maus sentimentos no mundo traz alívio temporário para a angústia e desesperos trazidos pela a inveja. Por isso o invejoso busca alterar e destruir a realidade e não apenas negá-la.

No capítulo três o autor fará uma análise da inveja colocando-a como uma força motivadora inata, oposta ao amor e antagônica à vida, e diferencia a raiva invejosa da que é despertada por frustração, vingança, rivalidade ou indignação. Estes últimos sentimentos costumam ser minorados quando a causa da hostilidade é superada ou removida, a inveja, entretanto, sobrevive mesmo depois de superada uma magoa ou frustração. Portanto a inveja é mais do que uma reação a eventos reais, *“é tanto a tensão quanto a reação hostil a essa tensão no invejoso, uma tensão que não é dependente de nada que esteja realmente acontecendo ou necessariamente relacionada a isso”*. Entretanto Berke reformula sua idéia e coloca que a inveja pode ser fruto tanto de uma reação a algo imaginário ou real quanto inerente à pessoa.

O invejoso, para preservar-se de si mesmo, divide-se em pedaços, ou seja, existe uma multidão de invejosos internamente, que são representações hostis e ameaçadoras fragmentadas do próprio self da pessoa que tem inveja. Estas figuras internas invejosas contribuem para a formação de um superego extremamente severo, que centra sua agressão nos processos de crescimento e criatividade do indivíduo. Para evitar tal catástrofe psíquica, o invejoso usa de processos projetivos na direção fora de si mesmo, ou no mundo exterior. Desta forma, os elementos do mundo com os quais se relaciona ficam todos hostis e invejosos. Esta manobra, contudo, não traz grande alívio,

pois agora a ameaça surge tanto de dentro quanto de fora. Eis então o que Berke chama de configuração bizarra da malícia, que se origina num lugar, mas se estende a toda a existência da pessoa, tanto interna quanto externa.

Este processo não pára aqui, a pessoa invejosa/invejada idealiza uma parte sua para proteger a outra e começa-se o jogo de gato e rato, que não levará a outro ponto senão o do caos, confusão e maior fragmentação.

O autor ainda faz um paralelo entre inveja e narcisismo como variações de um mesmo tema/problema (muita dor psíquica, sentida conscientemente como inadequação e inferioridade arrogantes). A princípio atacam o problema de forma diferente, o invejoso esvaziando os outros e o narcisista enchendo-se a si mesmo, entretanto caminham trilhos que se convergem.

A inveja e o narcisismo convergem-se quando um adulto ou criança, destituídos de suas esperanças e ilusões, incapazes de suportar a intolerável realidade, cedem à destruição. A partir daí o prazer na morte (auto -aniquilação) suplanta e toma definitivamente o prazer na vida. Paralelamente a pessoa infla a si mesma, com o poder da onipotência destrutiva e esvazia os outros (que não devem ser tão bons, pois me fizeram tão mau!), buscando triunfar sobre a vida, que é experimentada por meio de sentimentos dolorosos de inadequação, inferioridade e impotência e proclamando o reinado da morte.

Atacando o seio (Capítulo quatro) é uma forma de expressar o ataque a qualquer coisa ou tudo que sustenta, nutre o corpo, “aquece o coração e esquentam a alma”. Envolve amor, prazer segurança e alívio da dor.

No início da vida a realidade começa a se delimitar discriminando primeiramente a fonte de suprimento (comida e alimentação), uma tarefa, que segundo Berke se estende por toda a vida posterior do indivíduo. Entretanto, a realidade se

estende também em outra direção, que resulta em uma estrutura de percepções, sentimentos, expectativas e habilidades que podem ser sustentadoras ou não.

De qualquer forma, é a realidade da relação do bebê com o seio da mãe que determinará sua visão de mundo e sua relação com a vida, é claro que estas atitudes ou posturas não são estáticas e que ocorrências internas ou externas podem fazer o pêndulo oscilar entre percepções boas ou ruins do mundo.

Uma maternalização inadequada ou ruim, ou conflitos internos geram o medo da perda ou a falta de seu sustento – terreno fértil para a cobiça, que é uma tentativa de equilibrar-se entre a vida e morte, bondade e maldade. Existem algumas propensões que não são associados a falhas do ambiente, como por exemplo problemas congênitos, dificuldades respiratórias, oscilações bruscas de estado de ânimo... Contudo, todos têm que lidar com o fluxo e refluxo de estímulos nocivos, um aparente seio mau interno que destrói a calma e atrapalha o processo de alimentação.

A criança morde ou tem vontade de morder o seio, o que gera culpa, e paradoxalmente o desejo de ferir o objeto amado traz o medo de perdê-lo. A pessoa culpada sente que não merece nada, e teme perder tudo, daí o temor da perda ser tanto a causa quanto a consequência da cobiça. O desejo canibalístico, fenômeno universal, é um exemplo de irrestrito narcisismo, e abrange toda a mágoa de perceber que a bondade está contida no outro e que não pertence, nem nunca pertencerá ao bebê. A inveja acompanha a cobiça, por meio do desejo de devora, destruir algo que ninguém pode mais desfrutar. O impulso é acompanhado da fome mais uma ferida narcísica. A proteção emocional da inveja é obsoleta, inevitavelmente reaparece a “intratável malícia em plena fúria, e o olho mau rende-se à boca maliciosa”. A partir deste ponto começa-se uma espiral malévolos de cobiça + inveja Culpa negação + projeção raiva vingativa, que ampliará a ferida original, e que pode culminar no extermínio do amor e da bondade

sentidas pelo sujeito na sua relação com o mundo e com os outros.

No capítulo cinco – Sufocação da Mãe – inveja do útero – o autor traçará uma idéia mais ou menos semelhante à descrita sobre o seio, onde se pode perceber o útero como bom, ou como algo ruim, devorador de pênis, e no caso das meninas, o sentimento de inadequação ou medo de não conseguir dar amor e comida na mesma proporção que as outras também irão gerar a espiral cobiça, inveja = culpa, negação e projeção = raiva vingativa. E o mesmo processo de ambivalência também pode acontecer nos quatro aspectos da feminilidade: menstruação, fertilidade, gravidez e parto. Os dois úteros bom e mau conotam realidades universais que vão das profundezas à morada celeste, da consciência humana à consciência cósmica, holística, do céu ao inferno.

A Cobiça do Pênis (Capítulo seis do livro e último aqui mencionado) é o desejo de possuir o órgão e os privilégios dele decorrentes tais como poder, ambição, autoridade, força, virilidade, energia e iniciativa. Este desejo não se restringe apenas à mulheres, homens e meninos também querem mais potência e poder, o que é a expressão do “Complexo do pênis pequeno” ou “síndrome de Napoleão”.

Esta valorização do pênis se dá porque ele é o substituto da mãe, ou do seio. Boa parte do amor e ódio, a princípio dirigidos à mãe, são redirecionados ao pai, transformando o pênis do pai em uma fonte de comida e prazer que é capaz de satisfazer todas as necessidades e não obstante meninos e meninas se voltam a ele com voracidade e fome após serem destituídos (ou sentirem-se destituídos) do amor da mãe (que pode ser concretamente simbolizado pelo desmame). Isto não se trata de fantasia, na grande maioria das famílias, os pais são os provedores.

O sêmen tem sido considerado um tipo de leite superior e isto justifica o fato de muitas pessoas preferirem a felação a qualquer outra atividade sexual.

O pênis simboliza a ligação profunda, e paradoxalmente significa também separação, ou seja, os meninos precisam se separar da mãe para diferenciar-se e perceberem seu corpo como diferente. A vantagem de terem um órgão externo é que podem ver, tocar, exhibir, e, por conseguinte desenvolvem a auto-afirmação. A desvantagem é o eterno temor de apoderação feminina de seus órgãos genitais.

O processo de se tornar masculino é arriscado desde o dia do nascimento, devido à sua relação primeva e primária com a mãe, que pode atrair o menino àquela unidade primária básica.

Outros aspectos do dilema de tornar-se um indivíduo diferenciado supõe-se a criação de uma identidade biológica, uma identidade de gênero, e uma identidade pessoal, que caminha desde o reconhecimento do seu corpo, como uma sexualidade definida até o desenvolvimento de um ser humano separado e diferenciado.

O conflito entre permanecer amarrado à mãe ou crescer identificando-se com os pais leva ao desejo de poderes masculinos exagerados, principalmente antes que os meninos tenham desenvolvido uma consciência separada de si mesmos como indivíduos. A indiferenciação em relação a mãe é um perigo tanto para identidade sexual quanto para a integridade pessoal. O excesso de feminilidade contribui para os temores de castração e também podem ser influenciados por uma mãe grudenta e egoísta e um pai fraco e inacessível. Outro fator é um pai tão hostil ao filho que não lhe permita desenvolver uma aliança entre eles, forçando o menino a sua própria sobrevivência, permanecendo numa sufocante relação com a mãe. Em ambos os casos a pessoa pode apresentar explosões súbitas de desesperada atividade em uma tentativa de agarrar a masculinidade, que são interrompidas por períodos de retraimento passivo.

O pênis invejoso é o complemento da cobiça do pênis, um órgão que abre caminho enfiando-se nas coisas, buscando controlá-las, possuí-las, propagá-las, dominá-

las, devorá-las ou destruí-las.

Desejos dilacerantes corrosivos ou invasores desencadeados pelo seio, pela mãe ou seu corpo e então pelo pai, por seu corpo e genitália, levam ao dano causado pela cobiça do pênis.

A coinveja do pênis, isto é a combinação da cobiça com a inveja acontece quando a satisfação coincide com o ódio.

“O complemento da inveja do pênis é o pênis invejoso”. Segundo Berke os traços e funções da masculinidade que foram denegridos, mas incorporados se voltam contra o mundo. Esse ódio não é de um falo malicioso e sim o ódio expresso através dele.

O estuprador toma o corpo do pênis invejoso. Ele brande o pênis como um olho mal para espiar, invadir, causar temor e instigar a dor. O estuprador sente que as suas vítimas têm tudo e ele não tem nada, o ato de estuprar diminui as qualidades das vítimas.

O estupro provoca horror e repugnância confirmando ser um crime muito pior do que o roubo. É a extensão das intenções mais destrutiva de sujar e dominar o corpo de outrem. O estuprador deseja enegrecer suas vítimas, destruir suas boas qualidades torná-las desesperançadas e indefesas. De fato, Berke salienta a ambigüidade novamente numa relação de mágoa e esperança. As mágoas envolvem o pênis mau, algo que viola a vida, a esperança é o pênis bom, amoroso e reparador.

Comentário Teórico

Nesta obra de Berke, ficam claramente evidenciado os processos que começam de uma simples cobiça, inveja ou mau olhar e que podem desencadear na tirania da malícia, no aspecto da destrutividade do homem, onde a maldade se sobrepõe

à bondade, o ódio ao amor e a morte à vida.

Igualmente interessantes e ricos de significações são as analogias e representações que órgãos ou estruturas do organismo humano podem expressar o conflito e a ambigüidade da pessoa que, de alguma forma, não obteve a satisfação plena de suas necessidades. Acredito que a leitura destas representações e suas ambigüidades inseridas em um contexto sócio-histórico serão enriquecedoras no processo de compreensão da conduta estudada.

Goffman E. (1988). *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. (4 ed.) Rio de Janeiro: LTC. (original publicado em 1963).

Resenha

Esta obra divide-se em cinco capítulos: 1- Estigma e identidade social, 2- Controle de informação e identidade pessoal, 3- Alinhamento grupal e identidade do eu, 4- O eu e seu outro, 5- Desvio e comportamento desviante. Para o presente estudo interessa-nos o capítulo 5, Desvios e comportamento desviante.

O autor inicia esse capítulo com uma noção muito geral de destoante, que é qualquer membro individual que não adere a normas e valores sociais de seu grupo, e denomina desvio a sua peculiaridade. Os destoantes diferem muito mais do se parecem, o que não assegura uma necessidade de análise especial, podemos apenas subdividi-las em pequenos lotes.

Existem grupos pequenos e muito unidos onde há liberdade para se desviar. Membros proeminentes (líderes) e desviantes (doentes) estão livres para serem destoantes porque o seu desvio pode ser aceito, passando a desempenhar um papel especial e tornando-se símbolo do grupo e no segundo caso assumindo certas funções cômicas, ao mesmo tempo onde lhe é negado o respeito freqüentemente se tornando o centro de atenção, mesmo que isso o despoje de ter um estágio de participante e transforme-o em um mascote no grupo. São exemplos o idiota da aldeia, o bêbado da cidade pequena, o palhaço, do pelotão e o gordo fraternal. Ele pode ser chamado de desviante intragrupal, pois embora se desvie do grupo, mantém uma inclusão intensiva mesmo que ambivalente. Outro tipo conhecido de desviante é o isolado do grupo que está com o grupo em situações sociais, mas não faz parte dele. Até agora os tipos de destoantes estão fixados no interior do círculo e há uma identificação pessoal completa.

Outro tipo de desvio importante é aquele apresentado pelos indivíduos que voluntária e abertamente se negam a aceitar seu lugar social e agem de maneira irregular e rebeldes no que se refere às instituições básicas - família, divisões de papéis, emprego etc. Estes são “desafiliados” que seguem seu caminho individual e por conta própria e que geralmente são chamados de excêntricos ou originais.

Deveriam fazer parte do comportamento desviante prostitutas, viciados em drogas, os delinquentes, criminosos, boêmios, músicos de jazz, ciganos, parasitas, vagabundo, gigolôs, Homossexuais etc. Toda e qualquer pessoa engajada numa espécie de negação coletiva da ordem social, incapazes de trilhar os caminhos aprovados pela sociedade, denotam evidente desrespeito pelos seus superiores, falta-lhes moralidade e representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. Na maior parte evidencia-se uma desafiliação que pode ser pacífica ou não.

Geralmente os desviantes sociais consideram-se melhor do que os normais, e que a vida que levam é melhor do que a vivida por pessoas normais. Consideramos os desviantes intragrúpicos e os desviantes sociais que podem influenciar o seu grupo ou a sociedade.

Existem dois outros tipos de destoantes, os grupos minoritários étnicos raciais e os membros da classe baixa. Evidencia-se então que os desviantes intragrúpicos, os desviantes sociais, os membros de minorias e as pessoas de classe baixa provavelmente se verão como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na relação face a face.

Conforme o capítulo 1, o termo estigma foi criado pelos gregos para se referir a sinais corporais evidenciando algo de extraordinário ou mau que incidia sobre a moral de quem os apresentavam a pessoa ficava marcada ritualmente poluída devendo ser evitada.

Comentário Teórico

A obra de Goffman poderá nos auxiliar a compreender o processo de exclusão social de um criminoso banido, com uma marca ou impressão indicativa de seu estigma, que à luz da antropologia social nos remete a uma impressionante reflexão sobre o estigmatizado e a sociedade.

Gusmão, C. de (2001). *Dos crimes sexuais, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores*. Rio de Janeiro: F. Bastos (6ed.) (original publicado em 1919).

Resenha

Esta obra, de importância inestimável à literatura jurídica nacional, é dividida em introdução, que possui quatro partes (I- Evolução do instinto sexual, sua filogênese e ontogênese, II- Patologia e psicopatologia do instinto sexual, III- Sadismo e masoquismo, íntimas ligações da morte e da dor ao amor e à volúpia, IV- Moral sexual e ética jurídico penal das funções genésicas); Dos crimes sexuais que são dividido em seis partes (I- Estupro II- Atentado ao pudor III- Sedução IV Corrupção de menores V- Procedimento criminal – Ação pública e privada. Prescrição, VI- Princípios comuns atinentes aos diversos crimes sexuais, circunstâncias agravantes. Penalidades especiais. Delitos continuados. Extinção da pena).

Interessa-nos especialmente a parte da introdução que trata da evolução do instinto sexual, suas patologias e na parte dos crimes sexuais o estupro, o atentado ao pudor em menores e os princípios comuns atinentes aos diversos crimes sexuais.

Na evolução filogenética do instinto sexual consideraremos como uma forma de continuar a espécie por meio da reprodução e somente após isso é que se caracteriza a outra parte de satisfação do prazer genésico. Tanto no ser humano como em outras espécies a função sexual se sobrepõe às outras funções para facilitar o processo de conservação da espécie. Observa-se que os instintos sexuais são automatizados herdados por filogênese.

A dança, desde as épocas primitivas, sempre foi um meio e um estado de provocar tumescência como preliminar essencial ao desejo sexual. Como consequência da evolução filogenética o homem tem um apetite sexual mais intenso, cabendo à

mulher o papel passivo, a necessidade de um amor mais psíquico que sensual. Os atos sexuais podem sofrer desvios que assumem o caráter de mera anormalidade ou feição mórbida.

As anomalias ou perturbações sexuais dividem-se em três grandes grupos:

1. Hipoestesia e anestesia sexual – Esse grupo não tem muita importância para o Direito Criminal, diz respeito à falta ou diminuição do apetite sexual. Compreende o *horror sexual, misoginia e androfobia*.

2. Hiperestesia sexual – Constitui-se de uma anômala intensificação do apetite sexual. É mais comum nos homens e compreendem priapismo, satirismo, no homem, e a ninfomania na mulher, paradoxia sexual e erotomania.

3. Parestesia Sexual ou aberrações sexuais – As perversões sexuais se dividem em três grandes grupos: os fetistas, os sadistas e os masoquistas.

Interessa-nos especialmente os sadistas, “uma das mais terríficas manifestações das anomalias sexuais” onde o amor e o instinto genésico unidos ao desejo canibalesco do sangue e da morte na junção da dor e sofrimento se manifestam sob a forma de gravíssimas perturbações dos centros psíquicos.

O sadismo, também denominado *algolagnia* (algo, dor e lagnos, excitação sexual), é uma forma mórbida de perversão sexual, no qual a única forma de excitação e satisfação sexual é maltrato, injúria, padecimento mais ou menos violento que leva à morte, na maioria das vezes, do sexo contrário.

A necrofilia é uma variante do sadismo. No sadismo a pessoa só sente prazer vendo ou fazendo a sua vítima sofrer, reside na dor ou na martirização de sua vítima. Na necrofilia o agente, em geral não busca sua vítima para martirizá-la mas sacia suas monstruosas paixões tão –somente em cadáveres. O necrófilo sente o ser que a si está submetido de uma forma absoluta e sem possibilidade de resistência capaz de satisfazer

seu desejo mórbido de subjugar.

Os delitos sexuais, do ponto de vista sociológico, são o conjunto de fatos que atentam contra a liberdade sexual ou individual, que lesam ou põem em perigo, pela anormalidade os fins da função sexual ou que recaiam sobre a destruição do indivíduo.

No que diz respeito ao estupro, considerado um ato pelo qual o indivíduo abusa, por meio de violência, para conseguir ter conjunção carnal com sua vítima, que conforme a lei brasileira só pode ser do sexo feminino, distinção que a legislação italiana, e a francesa não fazem, o rompimento do hímen não é indispensável à configuração do crime de estupro, visto a sua complacência ou cópula incompleta.

De acordo com a Revista Forense, vol 161, pág. 369, nem o estado civil, nem a formação moral da vítima importam para configurar o delito de estupro.

O estupro concretiza-se somente na pessoa viva, sujeito passivo do crime, assim sendo, a morte seguida de ultraje no corpo sem vida irá infringir no ato de homicídio e violação de cadáveres.

O que irá caracterizar o crime de estupro é a presença do elemento violência. “Entende-se por violência não só o emprego da força física como o de quaisquer meios que aniquilem a vontade da mulher...”. No caso de menores de 14 anos a lei possui um tratamento especial que é chamado de violência presumida, onde a conjunção carnal independentemente da vontade ou não da vítima, irá configurar em crime de estupro, pois julga-se que a menor é incapaz de um consentimento livre e verdadeiro. O crime se configura mesmo quando a menor se apresenta mal comportada e mesmo corrompida.

Aqui vale ressaltar ainda o atentado violento ao pudor, segundo o Código Penal...“*diverso de conjunção carnal*”, que envolve qualquer ato libidinoso, inclusive o coito anal.

Comentário Teórico

Esta obra é uma contribuição riquíssima para o estudo em questão, pois representa a visão de uma importante área – o Direito Criminal – e com certeza, ajudará a entender a relação dos participantes com o sistema judiciário, e informa sobre as penas e tipos de delitos com uma leitura diferenciada. Entretanto, acredito que a lei brasileira comete um equívoco ao considerar que a vítima de um estupro possa ser apenas mulher, eliminando a relação anal forçada desta categoria, que imagino ser de danos físicos, morais e psicológicos tão ou até mais graves que a relação genital forçada. Neste trabalho não faremos tal distinção, ou seja, as vítimas de estupro podem ser meninos ou meninas, relação anal ou genital, o que caracteriza o momento de extrema violência, invasão, destruição e morte psicológica nas vítimas, a meu ver é a penetração do órgão genital masculino, o que caracteriza o estupro é esta penetração forçada em si e não o fato de ser na vagina ou no ânus. Na verdade, este assunto merece ser avaliado, estudado e mais pesquisado.

Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. R. Ramallete (trad.). Petrópolis: Vozes.

Resenha

Com originalidade e profundo senso crítico Foucault (1987) aborda o secular problema da resposta social ao crime quando trabalha a evolução humana na forma de tratar o criminoso e o crime. O livro é dividido em quatro partes: Suplício, Punição, Disciplina e Prisão, sendo que neste trabalho são enfatizados os capítulos sobre punição e prisão, por acreditar que terão aqui maior relevância.

Este clássico da obra de Foucault (1987) fundamenta-se no princípio de que os períodos históricos concebem, dão forma e efetividade para as leis penais, sempre seguidos pelos mais variados métodos punitivos, que vão desde o uso da força física até os mais humanistas, orientados a ajudarem a uma reinserção dos chamados “delinquentes” na vida social.

Foucault (1987) provoca e instiga o leitor a compreender o que representa os modelos penais, dentro de uma perspectiva histórica; questiona, duvida e critica os pensadores da *lex* penal. Além de realizar as seguintes indagações: é possível recuperar? Como se daria esse processo? Como um ambiente de aprisionamento é capaz de propiciar novo horizonte simbólico, conceitual e relacional para indivíduos imersos nesta realidade? Ambiente este caracterizado, pelas diversas formas de descaracterização do humano, que desenraíza, fragmenta e expõe, de forma intensa e não-significada, as várias dimensões existenciais que definem a subjetividade humana.

O autor pretende, ainda, reconceituar as nuances do aprisionamento, desde a sua origem, para tanto questiona as abordagens do legislativo penal e opõe-se a perspectiva positivista. Perspectiva esta que busca compreender a criminalidade em uma acepção

paradoxal; como contradição pura, desvinculada do mundo real e de suas relações materialmente postas; que não admite as contradições que permeiam o mundo tal qual o percebemos, suas intensificações, assim como suas repercussões no imaginário social.

As sociedades, no exercício cotidiano de uma existência histórica assentam-se em padrões sócio-culturais específicos, mediados pela hiper-complexidade de um desenvolvimento material fundado em relações que se comunicam, se entendem e se articulam a partir da acumulação material e do poder de mando. Funda-se ainda, pelo estabelecimento conveniente e automático de uma lógica social, essencialmente hierarquizada e estratificada, efetivamente a serviço do não-comum, da não-unidade, do não-coletivo, mas, postas, objetivamente na dinâmica de empoderamento dos “de cima” e de arcabouços de decisão.

O empenho teórico de Foucault (1987) indica necessidade de abordar a delinqüência enquanto fenômeno essencialmente histórico, dentro de uma perspectiva teleológica que surge e se desenvolve no arranjo organizacional das sociedades, em seu *modus* funcional e em seus resultados integrativos, bem como em seu grau de coesão social e unidade no fazer cotidiano do seu existir social. Para ele importa compreender a esfera social, como *habitus* de um povo em seu processo permanente de autoprodução. Como qualidade humana de um coletivo de indivíduos que se afirmam dentro de uma perspectiva harmônica, integrativa e sustentável.

Foucault (1987) denuncia a fragmentação dos encontros, dos diálogos e das identidades, posto que as referências que conduzem à harmonia social, aos possíveis consensos em torno do equilíbrio social desaparecem na medida em que a delinqüência avança e se renova nos vãos da incapacidade das instituições sociais. Ressalta ainda, com especial acidez, as incompletudes do sistema penal ante ao crime que se espelha na cultura e nas conseqüências coletivas do medo, transformando-se em permanente

ausência de sentidos.

Comentário Teórico

A obra de Foucault (1987) trabalhada acima auxilia este estudo, principalmente, no que tange ao processo de formação da delinquência, considerada eminentemente social, que surge com os desarranjos na esfera social e com os desencontros do diálogo. Trata-se de uma visão diferente que se desloca do determinismo biológico e busca compreensão a partir dos processos sociais e históricos, saímos do particular, pessoal, singular, micro e transitamos na esfera do entre, do social, do cultural, macro.

No mundo das leis os procedimentos coercitivos e seus mecanismos de implantes penais tornam visível a relação de contradições e complementaridades que caracterizam a delinquência. O autor traz à tona os limites óbvios e latentes da criminalidade e da delinquência, ou seja, a repressão e a punição. Inconformado, questiona o modo social que gera, lança e reforça este ou aquele indivíduo em um cotidiano de aprisionamento que o desvincula, desumaniza e, finalmente, o envolve numa nova dinâmica social de símbolos inteligíveis. De tempos em tempos leis, técnicas, estratégias, formulações e rearranjos são efetuados, não só, para garantir a “harmonia” social, mas ainda a estabilidade e integração que, de forma romanceada e panorâmica, os pensadores das leis almejam.

Mas de fato existe punição eficaz? Para que homem? Para que indivíduo? A grande contribuição de Foucault (1987), ou seja, o exercício de compreender o que é a punição e o seu grau de eficácia sobre a perspectiva de realmente construir uma nova forma de educação, sociabilidade e encontro para o indivíduo que se vê em situação de exclusão social.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. (12 ed). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1996.

Resenha

Este trabalho de Foucault, composto de diversas entrevistas e artigos, divide-se em doze partes onde o autor analisa o papel do Estado e sua influência nos diversos setores da sociedade: medicina, psiquiatria, justiça, geografia, corpo, sexualidade, e o papel dos intelectuais. Interessa-nos as análises acerca do corpo e da sexualidade, e nos ateremos aos capítulos: IX – Poder-corpo; XV – Não ao sexo rei e XVI – Sobre a história da sexualidade.

Em Poder – corpo, Foucault, faz uma analogia entre o corpo e o poder, onde o Estado e o corpo da sociedade buscam controlar o corpo dos indivíduos por meio desta idéia de corpo social ou da sociedade, no sentido metafórico, que se iniciou no século XIX, com a República, em substituição ao corpo do rei monárquico, uma realidade da monarquia que não funciona sem o corpo do rei.

A proteção ao corpo do rei se dava por rituais, já no caso do corpo da sociedade a integridade é mantida por eliminação dos doentes, controle dos contagiosos e exclusão dos delinquentes. A forma de eliminação passa do suplício para métodos de assepsia, como a criminologia, a eugenia, a exclusão dos degenerados...

A idéia de um corpo da sociedade gera o fantasma da universalidade das vontades, que não surge de um consenso, mas da própria materialização do poder sobre o corpo dos indivíduos.

Foucault coloca que a consciência e o domínio do corpo só puderam acontecer pelo investimento do corpo pelo poder, músculos, nudez, um belo corpo produzido pelo poder. O corpo, por sua vez emerge reivindicando-se contra o poder, as instituições (os

médicos, políticos), por exemplo, entraram em pânico com a idéia do aborto, o corpo reivindica o prazer contra o moralismo da sexualidade, o pudor do casamento.

O problema do poder do corpo social, segundo Foucault, é que ele penetra nas instituições, na família e chega até o corpo individual, como algo estranho e alheio, que não tem origem na própria família, mas na vigilância constante do Estado, que para lidar inclusive com a revolta do corpo sexual, encontra formas de contra-controle como a exploração econômica e ideológica da pornografia e erotização. Este movimento deixa de ser um controle por meio da repressão e transforma-se em controle estimulação. E neste jogo incessante a luta não tem fim, a cada movimento de um adversário, o outro reage com um movimento correspondente.

A história do investimento de poder sobre o corpo parece começar nos anos sessenta, como um movimento anti-marxista, e isto não tem nada de ideológico, pois não há nada mais material, físico e corporal do que o exercício do poder. De qualquer forma, antes de preocuparmos com questões ideológicas, seria mais apropriado estudar a questão do corpo e dos efeitos do poder sobre ele.

Ao analisar o poder, Marcuse, segundo o autor, dá uma ênfase excessiva à repressão como forma de manifestação do poder do Estado. O poder é forte, se agisse apenas de modo negativo por meio da repressão, censura, recalçamento, exclusão o poder seria frágil. Para Foucault, o poder se exerce a partir de inúmeras facetas e, se é forte produz efeitos positivos tanto no nível do desejo, quanto no nível do saber. O poder, longe de impedir o saber, o produz. Longe de proibir o sexo, o estimula.

O poder não está só nos aparelhos de Estado, mas “fora, abaixo, ao lado... a um nível muito mais elementar, cotidiano”. Um aparelho punitivo surgiu junto com as sociedades industriais, que passaram a selecionar normais e anormais. Ao longo desta história de efeitos e contra-efeitos do poder chegamos ao complexo estado atual, onde

não basta lutar contra o poder do Estado, “é pelo estudo dos mecanismos que penetraram nos corpos, nos gestos, nos comportamentos, que é preciso construir a arqueologia das ciências humanas”.

Refletindo sobre o papel do intelectual na militância, Foucault o iguala ao papel de historiador, de fornecer dados topográficos e geológicos da batalha, isto é, propiciar instrumentos de análise que permitam localizar os pontos fortes, e os frágeis ligados ao poder.

A discussão sobre quem são os agentes da política do corpo é um processo complicado, e parece difícil não ter alguém que coordene e tenha pensado neste conjunto. Dá-se em forma de um complexo mosaico, onde o interessante é perceber como as peças estão dispostas estrategicamente. Agentes de ligação aparecem, a medicina tem o seu papel, pois em nome da saúde fiscalizam-se casas, taxa-se de louco, criminoso, doente.

No capítulo “Não ao sexo rei”, em forma de entrevista, Foucault questiona o fato da sexualidade não estar ligada apenas à reprodução da espécie e ao prazer e gozo. Suas análises refletem sobre a necessidade instaurada com o cristianismo que colocou a sexualidade no núcleo da nossa existência, nossa verdade de sujeito humano. Atos como confessar, examinar a consciência, as relevâncias dadas aos segredos e importância da carne foram artifícios para colocar a sexualidade ligada ao processo de salvação. Era algo que precisava ser vigiado, controlado, examinado e transformado em discurso, como a sexualidade se transforma em saber e produz uma verdade?

A sociedade em que vivemos marcha ao compasso da verdade, produzindo e circulando discursos que passam por verdades e que por este motivo detêm poderes específicos. Estudar os mecanismos pelos quais o poder revestiu a sexualidade é antes de tudo, estudar todos os mecanismos que coagem, incitam convidam a falar de sexo.

A vontade de saber a história da sexualidade caminha exatamente sob este prisma: o poder não tem medo da sexualidade, pelo contrário, ela é a forma em que o poder se manifesta e se exerce. É pela ambigüidade, pelo dito e pelo interdito, pela formulação e proibição é que a sexualidade é um interruptor pelo qual o poder se acende. O duplo reconhecimento do poder, de algo que censura proíbe, mas antes de tudo, que também estabelece relações produtivas, amplia a visão de poder inerentemente repressivo e insuficiente para explicar a complexa trama atual.

Foucault retoma a questão sobre o papel dos intelectuais com uma nova reflexão: o abandono da função profética, do legislador que diz “eis o que é bom, eis o que vocês precisam fazer”, como um ponto fixo, uma verdade absoluta. Para o autor, o intelectual precisa acentuar, ressaltar e destruir toda e qualquer evidência e universalidade. Localizar e indicar as inércias e coações perpetuadas em nosso presente, “os pontos fracos, as brechas, as linhas de força; que sem cessar se desloca, não sabe exatamente onde estará ou o que pensará amanhã, por estar muito atento ao presente”.

A parte XVI – Sobre a História da Sexualidade, é uma entrevista onde Foucault procura esclarecer alguns aspectos do seu primeiro de três volumes sobre a História da Sexualidade – A vontade de Saber.

Em resposta à questão sobre o termo “dispositivo da sexualidade”, ele coloca que se trata de um conjunto heterogêneo que envolve desde discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentadas, leis e até proposições científicas, filosóficas, morais e até filantrópicas. O dito e o não dito compõem os elementos do dispositivo, que é a relação que se pode estabelecer a partir destes elementos.

A natureza da relação entre estes elementos, essencialmente estratégica, pode se manifestar de diferentes formas. O discurso se manifesta em um programa de uma instituição, ou como elemento que justifica ou mascara uma prática, pode ser uma

reinterpretação desta prática, configurando-se um novo campo da racionalidade. Enfim, existe entre estes elementos um tipo de jogo, mudanças de posicionamento, modificações de funções que tomam rumos muito diferentes.

Ainda respondendo a esta questão Foucault acrescenta que o dispositivo pode ter surgido como resposta a uma emergência, tendo, portanto uma função estratégica dominante. Como exemplo, ele coloca o dispositivo controle- dominação da economia mercantilista que, não tendo interesse, sentia a população “flutuante” como incômodos e os colocaram dentro de dispositivos de loucura, doença mental, da neurose.

O dispositivo, então, são “estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por ele” (p.246), pode ser discursivo ou não – discursivo, é mais heterogêneo que a *epistême* e a compreende. A *epistême* é sempre discursiva, trata-se de enunciados, um dispositivo estratégico que permite separar o inqualificável cientificamente do qualificável. O social não – discursivo é a instituição, aquilo que é aprendido, coercitivo, que não é enunciado.

Foucault questiona o que fez com que a sexualidade perdesse seu objetivo de prazer e instaurasse em algum momento alguma verdade sobre o homem. A princípio tivemos o sexo como um dado prévio, e a sexualidade aparecia sob a forma discursiva, institucional, que não abordava o sexo diretamente, mas o corpo, os órgãos sexuais, relações de aliança, inter - individuais, etc.. enfim um conjunto heterogêneo recoberto pelo dispositivo da sexualidade, que em algum momento produziu a idéia de sexo.

O grande feito de Freud não foi a sexualidade, pois ele apenas reproduziu idéias de Charcot, o forte da psicanálise é a lógica do inconsciente, não é a teoria do desenvolvimento, o segredo sexual das neuroses, psicose, mas a lógica do significante.

A história da sexualidade, enquanto dispositivo de controle dominação, começou quando se disse ao homem sobre o sexo: não fabrique apenas prazer, fabrique

verdades.

A produção de verdade vai produzir efeitos nos sujeitos, de diversos modos e variações. Para que a verdade fosse produzida, diversas técnicas de confissões de sexo, da sexualidade e dos prazeres sexuais foram criadas e refinadas. A confissão é um termo que se refere a todos “os procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre a sua sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito”(p.264). São procedimentos de extorsão da verdade, momento em que o dirigido encontra seu diretor.

Com certeza a Psicanálise faz parte dos dispositivos da sexualidade, pois não há um único lugar que se fale de sexo, que não se mencione a Psicanálise, numa posição de subordinação, submissão, de derivação e fascínio, com exceção talvez de algum país que não tenha acesso às obras de Freud.

No que diz respeito à perversão, ela aparece como o objeto médico em 1840, e está ligada ao conceito de instinto. A partir daí, há uma medicalização da sexualidade, ou seja, já existiam doenças funcionais que atingem os órgãos. Contudo, no século XIX, aparecem as doenças que atingem os instintos, e dentre eles, o instinto sexual, e, conseqüentemente, toda uma categorização e classificação de doenças, distúrbios e perversões sexuais.

Comentário Teórico

Sem dúvida a obra de Foucault faz uma análise fundamental entre a sexualidade e as relações de poder. Como, a partir de um determinado momento histórico, a sexualidade deixou de ser alguma coisa individual e prazerosa, e também uma função de reprodução da espécie e passou a ser usada como um discurso de verdades e universalidades que serviu a um sistema para excluir de seu núcleo, aqueles

que considerava incapazes de trazer alguma vantagem ou de oferecer algum serviço. Busca-se a eliminação, exclusão e controle dos doentes, dos contagiosos e dos perversos. De fato, a idéia do autor de que a sexualidade é um interruptor pelo qual o poder acende é uma perspectiva diferente, e abre caminhos para um olhar diferente sobre o presente estudo.

Também é interessante e com certeza será muito esclarecedor, quando Foucault coloca o papel do intelectual, longe de trazer um novo saber, que logo se fixa como uma verdade, um discurso. O intelectual precisa analisar as diferentes nuances deste jogo de controle e contra-controle, não em um único sentido (de cima para baixo), mas de baixo para cima, dos lados, etc; sempre com o olhar voltado para o presente, sem saber do futuro ou se perder no passado, livre das amarras que as universalidades presentes no discurso da sexualidade.

Foucault, M. (1997). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. (12^a.ed). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Original publicado em 1988).

Resenha

Este livro é o primeiro de uma trilogia e divide-se em cinco partes: I – Nós vitorianos; II – A hipótese repressiva; III – *Scientia Sexualis*; IV – O dispositivo da Sexualidade; V – Direito de morte e poder sobre a vida.

O objetivo da primeira parte “Nós vitorianos” é analisar não só os discursos acerca da sexualidade, mas a vontade que os conduz, e a intenção estratégica que os sustenta. Trata-se de discriminar em seu modo de funcionamento, em suas razões de ser, o regime poder- saber- prazer que apóia o discurso sobre a sexualidade humana. É importante descobrir sob que formas, por meio de que canais, fluindo através de que discurso o poder chega às mais tênues e individuais das condutas. Como o poder atinge as formas raras ou quase imperceptíveis do desejo, de que maneira penetra e controla o prazer cotidiano? Disto decorre o fato de que não é fundamental se essas produções discursivas e esses efeitos de poder formulam verdades do sexo ou mentiras para ocultá-lo, fundamental é desvelar “a vontade de saber” que lhe serve simultaneamente de suporte e instrumento.

Ao longo da história observa-se o que Foucault chamou de hipótese repressiva da sexualidade, ou seja, interdição, censura e negação como forma pelas quais o poder se exerce. O termo hipótese repressiva usada pelo autor não significa que a interdição e a censura são os elementos fundamentais e constituintes da história do sexo. São somente peças de um mecanismo central cujas funções são locais e táticas numa colocação de discurso, numa técnica de poder, numa vontade de saber, entretanto, estão distantes de se reduzir a isso.

A partir do século XVI “a colocação do sexo em discurso” longe de sofrer um processo de restrição foi submetida a um mecanismo de crescente incitação, ou seja, as técnicas de poder exercidas sobre o sexo passaram por um processo de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e “a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em constituir uma ciência da sexualidade”.

A hipótese repressiva divide-se em duas partes, a incitação aos discursos e a implantação perversa. Nesse primeiro tópico da segunda parte da obra, Foucault faz uma análise dos discursos sobre o sexo ao longo da história.

No século XVII existia uma dificuldade de denominar o sexo, reduzindo ao nível da linguagem, controlando sua livre circulação no discurso, banindo-o das coisas ditas. “Mutismos que de tanto calar-se, impõe o silêncio. Censura”. (P 21)

Nos três últimos séculos marcados por grandes e contínuas transformações, há uma verdadeira explosão discursiva sobre sexo. É claro que parece ter havido um controle rigoroso do vocabulário autorizado, polícia dos enunciados, controle das enunciações que norteavam onde e quando não era possível falar de sexo, em que situações, entre quais locutores, e em que relações sociais; de forma que existiam regiões onde havia um absoluto silêncio sobre sexo, por exemplo, entre pais e filhos.

O estreitamento das regras de decência sobre o sexo, provocou uma reação de contra-efeito, uma valorização e uma intensificação do discurso decente. A igreja que relaciona sexo com pecado, impõe a “colocação do sexo em discurso”. Todo bom cristão deveria confessar. Sem dúvida o dever fundamental de um bom cristão é “a tarefa de fazer passar tudo que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra”. (P 24). O fundamental é que durante três séculos o homem permaneceu atado à árdua tarefa de dizer tudo sobre o seu sexo.

Por volta do século XVIII, o discurso sobre o sexo deixa de ser unicamente moral e passa para o plano da racionalidade. Falar de sexo agora exige procedimentos de gestão e discursos analíticos. Surge a polícia do sexo que é a necessidade de se adequar o sexo por meio de discursos úteis e públicos e não por meio de uma rigorosa proibição. A partir daí, o sexo se torna um problema econômico e político da população: taxa da natalidade, idade do casamento, filhos legítimos e ilegítimos, a precocidade e a frequência das relações sexuais, enfim toda a conduta sexual da população é tomada como objeto de análise, alvo de intervenção como se o futuro e a fortuna da sociedade estivesse ligada à forma como cada qual usa o seu sexo.

É preciso discriminar as diferentes maneiras de não dizer, como são divididos os que podem e os que não podem falar que tipo de discurso é permitido, que forma de discrição é exigido. Existem muitos silêncios que são partes integrantes das estratégias que apóiam e atravessam os discursos.

Os colégios do século XVIII davam à impressão de não falar em sexo, contudo, se olharmos os dispositivos arquitetônicos, os regulamentos disciplinares: tudo aborda continuamente o sexo, os construtores pensaram nele, os organizadores e autoridades se colocavam em um alerta perpétuo. As salas, as mesas, os dormitórios, os regulamentos tudo parece constatar que a sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. O sexo das crianças e adolescentes foi o foco de inúmeros dispositivos institucionais e estratégias discursivas.

Entre os séculos XVII e XIX surgem novas instituições que suscitam novos discursos sobre o sexo: a medicina por meio das doenças dos “nervos”; em seguida a psiquiatria que busca a etiologia das doenças mentais e, sobretudo, “quando anexa ao seu domínio exclusivo, o conjunto das perversões sexuais” (p.32); a justiça penal que durante muito tempo se ocupava dos crimes anti-naturais, mas que na metade do século

XIX dá importância a pequenos atentados e a perversões sem importância. Todos esses controles sociais permeiam e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos – tratando de proteger, separar, e prevenir, mostrando perigo em toda a parte, chamando atenções, requerendo diagnósticos, arquivando relatórios, orientando terapêuticas; o sexo é ao mesmo tempo um discurso do perigo e um convite a se falar dele.

O interessante é que o sexo saiu do cotidiano aldeão, tornou-se objeto de uma intolerância coletiva, de uma ação judicial, uma intervenção médica e de toda uma elaboração teórica.

O discurso do sexo passa a ser de análise e de conhecimento, e não importa o constrangimento, desde a confiança sutil até o interrogatório autoritário, todos devem falar do sexo. Do movimento singular impõe-se o imperativo de um discurso permanente, institucionalizado. Um convite ao discurso, regulado e polimorfo.

No segundo tópico, “a implantação perversa”, Foucault analisa como tais discursos propiciaram o aumento das condenações judiciais das perversões menores, definindo uma rigorosa norma do desenvolvimento sexual, e cuidando de caracterizar todos os desvios possíveis.

Os séculos XIX e XX marcam uma dispersão de sexualidades, “um reforço de suas formas absurda” uma implantação generalizada das perversões.

Existia uma linha divisória entre o lícito e o ilícito, principalmente nas relações matrimoniais, o sexo dos cônjuges era assaltado de regras e recomendações. O “contra – a – natureza” era uma abominação particular, a monogamia heterossexual era uma unanimidade. Os cônjuges com sua sexualidade regular ganham direito a uma maior discricção, funcionam por meio de uma norma mais rigorosa, entretanto mais silenciosa. Em contrapartida a curiosidade da sexualidade das crianças, dos loucos, e dos criminosos, avançam para tomar a palavra e fazer a difícil confissão do que são.

A medicina então classificou com desvelo as formas de prazeres anexos, integrando-os ao desenvolvimento e às perturbações do instinto; empreendeu a gestão de todos eles, surgindo sucessivamente como “loucura moral, neurose genital, aberração do sentido genésico etc.”.

Foucault cita ainda as perpétuas espirais de poder e prazer: prazer em exercer um poder que fiscaliza, questiona, revela; e prazer por ter que escapar a esse poder. Poder que é invadido pelo prazer que persegue poder, que se afirma no prazer de mostrar-se, definindo assim novas regras no jogo poder e prazer: a configuração da fisionomia rígida das perversões. Sendo assim a implantação das perversões é um efeito instrumento, ou seja, é por meio da consolidação das sexualidades periféricas que as relações poder – sexo – prazer se ramificam se multiplicam, avaliam o corpo e penetra nas condutas, fixando sexualidades rotuladas, segundo a idade, o lugar, o gosto, e o tipo de prática. O crescimento do poder em cada uma dessas sexualidades regionais propicia um novo campo de intervenção e gera lucros econômicos por meio da medicina, da psiquiatria, da prostituição, e da pornografia. Prazer e poder não se anulam, não luta um contra o outro, ao contrário, entrelaçam-se, encadeiam-se por mecanismos de excitação e incitação. Mecanismos que entrecruzados favorecem a proliferação de prazeres específicos e a multiplicação de sexualidades disparatadas.

Na terceira parte “*Scientia sexualis*”, Foucault fala do empreendimento do projeto de uma ciência do sexo, ou seja, o sexo não é mais objeto de sensação e prazer, de lei e de interdição, mas de verdade e falsidade.

Esta prática discursiva, desenvolvida gradualmente, e chamada de “*scientia sexualis*” tem como correlata a sexualidade, e suas características fundamentais são a correspondência frente às exigências funcionais discursivas, que devem produzir uma verdade. Esta busca pela ciência da sexualidade precisou de um ponto de intersecção

entre a confissão (utilizada pela igreja) e o discurso científico. Alguns ajustamentos foram necessários, tais como: a técnica da escuta (hipnose, associações livres); o postulado de causalidade (toda conduta sexual desviante tem uma etiologia); o princípio de latência (a interdição não diz respeito à descrição, mas sim a um mecanismo de ocultamento que faz parte da natureza humana); o método da interpretação (a verdade não está unicamente no sujeito que a revela, e só pode completar-se naquele que a recolhe) e o imperativo da medicalização dos efeitos da confissão (que impugna não só que “a verdade cura quando dita a tempo, quando dita a quem é devido e por quem é, ao mesmo tempo, seu detentor e responsável” que avaliará quais serão as melhores intervenções terapêuticas). A burguesia não só falou, e forçou a todos falarem, mas também empreendeu a sua verdade regulada, universalizada.

Em o “dispositivo da sexualidade”, o autor coloca algumas proposições gerais a respeito do que está em jogo, do método, do domínio a percorrer e das periodizações que se podem admitir provisoriamente.

“O que está em jogo” não é a teoria, mas uma analítica do poder, e para nos encarregarmos desta tarefa faz-se necessário perder de vista o poder como uma representação jurídica-discursiva que tem como traços principais a relação negativa (o poder estabelece uma relação de modo negativo como o sexo); a instância da regra (o poder é o que dita a regra); o ciclo da interdição (não te aproximes, não toques..leis de proibições); a lógica da censura (em três direções: afirmo que é proibido, interdito a fala, nego que existe)e a unidade de dispositivo (é o poder exercido sobre o sexo de todos os lados).

Quando permanecemos presos ao modelo poder-lei, poder-soberania, perdemos os meandros históricos e concretos, conseqüentemente faz-se necessário uma analítica do poder que não use mais da representação jurídica-negativa. “Pensar, ao

mesmo tempo, o sexo sem a lei e o poder sem o rei”, pensando a respeito das relações entre o poder e o discurso sobre o sexo em um projeto circular, no sentido de se tratar de duas tentativas mutuamente dependentes, não há uma oposição binária entre dominado e dominador.

O método é composto de quatro “prescrições de prudência”: regra de imanência (não existe um conhecimento científico da sexualidade livre e desinteressado); regra das variações contínuas (campo múltiplo e móvel de correlações de força); regra do duplo condicionamento; regra da polivalência tática dos discursos (multiplicidade de elementos discursivos que podem entrar em estratégias diferentes). Finalizo com as palavras de Foucault sobre a concepção do poder que: “... substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis, de dominação”. (p.97)

No “domínio” Foucault, define a sexualidade não como um ímpeto da natureza, estranha ou rebelde, mas como um “ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder”. Existem quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo:

1. Histerização do corpo da mulher: tríplice processo onde o corpo da mulher passa a ser saturado de sexualidade; integrado ao campo das práticas médicas, sob efeito de uma patologia intrínseca e posto em comunicação com o corpo social, com o espaço familiar e com a vida das crianças.

2. Pedagogização do sexo da criança.

3. Socialização das condutas de procriação: socialização política mediante responsabilização dos casais a todo o corpo social (o que limitar e o que reforçar)

4. Psiquiatrização do prazer perverso: análise clínica de todas as anomalias que podem afetar os instintos atribui valor de normal e patológico na conduta e uma tecnologia corretiva.

O primeiro momento descrito coincide com a necessidade de constituir uma “força de trabalho” e a garantia de sua reprodução. O segundo momento corresponde ao capitalismo tardio em que a exploração do trabalho assalariado não requer mais práticas violentas e supressoras do sexo, pelo contrário, coexistem multiplicidades de discursos dentro do sistema controlado. Não se trata mais da repressão do sexo, mas da produção da sexualidade.

Comentário Teórico

Esta obra traz uma análise sensacional sobre o apoderamento da sexualidade, a forma como a vida sexual deixou o âmbito privado, particular e subjetivo. Deste ponto, a sexualidade começou a circular pela família, escolas, organizações, governos, ciências, etc, revestindo-se de uma vontade de saber, caracterizada, principalmente pelas confissões tão exaltadas, esperadas e necessárias. Foucault coloca então uma questão: de que maneira o poder apossa da sexualidade e passa a manipular condutas a nível individual e até controlar o prazer cotidiano?

Observando a história, Foucault denuncia processos de controle e contra-controles em uma espiral, ou seja, em um movimento circular: um aumento crescente da divulgação da sexualidade, novas formas de controle de natalidade, métodos contraceptivos, contratos nupciais, regras para a vida sexual dos cônjuges, educação sexual, vocabulário e expressões permitidas e como contra-controle uma invasão da pornografia, erotismo, cenas de sexo explícito, etc.

Este complexo trabalho reflete sobre a forma em que as relações de poder se

apossaram do sexo, que deixando a esfera individual, passou por um processo de universalização, onde as pessoas que não se encaixavam eram rotuladas, por uma nova vontade de saber, legitimadas pela psiquiatria, medicina e até pelo direito, e então, excluídas e marginalizadas.

2.2 Saber empírico

Guay J.P.; Proulx J.; Cusson M.; Ouimet M. (2001). Victim-Choice Polymorphia Among Serious Sex Offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 30, (5), p.521-33. Retirado no dia 24/04/04, do website <http://www.medline.com/pmid>

Resenha

Este artigo da Universidade de Montreal, Escola de Criminologia, Centro Internacional de Criminologia Comparativa, estudou uma amostra de 178 agressores sexuais divididos em 6 sub-grupos: agressores incestuosos, agressores pseudo-incestuosos, agressores sexuais de crianças na família, agressores sexuais de crianças fora do circuito familiar, agressores sexuais de mulheres na família e agressores sexuais de mulheres fora do círculo familiar, cujo objetivo foi o de “investigar a polimorfia das vítimas, isto é, o grau que cada ofensor sexual tem de mudar o seu tipo de vítima para outro” e identificar as transições mais comuns e prováveis de vítimas e as mais incomuns.

Para o presente estudo serão utilizados somente os resultados dos grupos de ofensores sexuais de criança. Os resultados demonstraram que há uma tendência dos agressores sexuais de criança voltarem a agredir crianças. Em relação à escolha das vítimas, também houve uma tendência a ficar estável, no entanto, aqueles que mudavam do tipo familiar, para o não familiar, relatavam que a primeira vítima, familiar, foi

“acidental”, o que em decorrência de ter experienciado prazer ou gratificação sexual o fez mudar para o tipo não-familiar, com vítimas mais condizentes com as suas preferências.

A pesquisa ainda relata algumas limitações importantes de serem colocadas:

1) há uma tendência dos investigadores de se buscar o “*modus operandi*” do ofensor, o que pode polarizar a pesquisa. Geralmente o policial irá ligar o estupro de uma mulher de 20 anos a outro caso de idade semelhante e descartará a possibilidade de se haver cometido o crime em um menino de 8 anos, por exemplo. Isto justificaria uma inflação da estabilidade do nível de escolha de vítimas; 2) o contexto também pode inflar a estabilidade na escolha da vítima, por exemplo, no caso de agressores sexuais de crianças na família, ele pode cometer repetidos abusos sexuais por um longo período de tempo sem ser descoberto, o que reduziria sua probabilidade de procurar outra vítima.

Comentário Teórico

Este levantamento tipológico chama a atenção para uma estabilidade no *modus operandi* do agressor sexual de crianças, no sentido de que há uma tendência a se “assinar o crime”, com uma estabilidade tanto na idade da vítima, quanto no gênero, e presença ou não de relacionamentos incestuosos, sendo que mudanças foram observadas, principalmente no sentido, primeira agressão a vítima pertencer ao grupo familiar, para depois migrar para o grupo não familiar, o que foi colocado como uma possível facilidade de contato a priori e depois busca por preferências pessoais quanto às características da vítima.

Outro dado importante são as limitações que podem obscurecer ou estabilizar os resultados. Este trabalho poderá ser útil a nível de informação e de incitar pesquisas deste caráter posteriormente.

Lim, E.L., Gwe K.P. & Woo, M. Men Who Commit Statutory Rape: How Are They Different From Other Rapists?. *Institute of Mental Health, Republic of Singapore*. Retirado em 21.11.2004, pelo COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica).

Resenha

Este artigo foi originado por uma pesquisa com 63 estupradores, divididos em dois grupos: estupradores estatutários - EE (que estuprou meninas de quatorze anos ou menos) e estupradores não – estatutários – ENE (que estuprou meninas acima de quatorze anos).

O objetivo é comparar estes dois subgrupos de estupradores, e verificar se há uma variável sócio-demográfica, contextual, interpessoal ou variáveis de personalidade que possam ajudar na definição de estupros estatutários.

Os sessenta e três estupradores foram submetidos a uma entrevista semi-estruturada, que investigava informações sobre a vida sexual, relacionamentos interpessoais com esposas, membros da família, e detalhes sobre características que poderiam sugerir um comportamento anti-social (história de problemas de conduta como vandalismo, expulsão da escola, ação indisciplinar durante o serviço militar, histórico de abuso de substâncias químicas e/ou admissão em centros de reabilitação). Compararam-se os EE e os ENE em parâmetros indicativos de ruptura parental (separação dos pais, divórcio, maternidade/paternidade solteira, conflitos frequentes com ex-cônjuges ou amantes do pai/mãe quando eram criança, adoção etc). Os resultados foram analisados usando o programa SPSS.

Os resultados parecem indicar que os homens que cometeram estupro estatutário tendem a serem mais velhos do que os estupradores não-estatutários. Além disso, os EE tendiam a ser casados, notou-se que os crimes eram mais prováveis a serem

executados na casa do estupro estatutário, ou na casa de suas vítimas, presumivelmente porque ambos, o ofensor e a vítima estavam vivendo em uma casa onde o estupro, como amigo ou parente próximo, tivesse livre acesso.

Em contraste, os ENE tendiam a cometer estupro em lugares públicos afastados, com a proteção da escuridão e tarde da noite. Ambos os subgrupos estuproaram mulheres familiares, embora os ENE eram mais propensos a estuproar estranhas.

Os relacionamentos não satisfatórios dos EE com seus parceiros estáveis (mais de 50% eram esposas) sugerem um possível fator de risco. Estupradores estatutários, também relatam atividades masturbatórias com mais frequência, o que pode confirmar um contentamento sexual insuficiente nestes indivíduos.

Este estudo demonstrou que existem diferenças significativas entre os dois subgrupos. Os EE diferiram dos ENE em termos de demografia, contexto, variáveis interpessoais e de personalidade. Os estuproadores estatutários tendiam a serem mais velhos, casados, malaios e insatisfeitos com sua vida sexual no casamento com suas esposas. Os estuproadores não estatutários relataram uma satisfação maior com sua vida sexual, mas provavelmente, com dificuldades de estabilidade e relacionamentos íntimos, evidenciados pelo fato de muitos deles serem solteiros, ou possuírem mais de uma mulher. Os ENE tendem a serem produtos de um quadro familiar problemático, e com comportamentos anti-sociais passados, muitos usaram o álcool ou drogas ilícitas no momento em que cometeram o estupro. No caso do EE, há uma tendência menor a terem relacionamentos fora de casa, o que sugere que uma jovem filha ou enteada é fator de risco para o cometimento do estupro.

Comentário Teórico

Este estudo merece atenção, apesar de se tratar de uma realidade diferente da nossa. As descrições dos fatores de risco e do perfil diferenciado dos estupradores estatutários e não estatutários constituem uma contribuição para o Brasil e uma possibilidade a se pesquisar. É claro que existem limitações neste tipo de pesquisa, a amostra pode não ser representativa, os dados devem ser cuidadosamente analisados e observados enquanto predisposições e não como definitivos da personalidade do estuprador, visto que este tipo de pesquisa apresenta dados quantitativos que não foram refletidos pelo indivíduo pesquisado.

Gomes R. (1998). Da denúncia à impunidade: um estudo sobre a morbi-mortalidade de crianças vítimas de violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14, (2). Rio de Janeiro. Retirado em 06/01/05 do web site <http://www.scielo.com.br>.

Resenha

Este artigo analisa as denúncias de violência contra crianças, e o encaminhamento dado a essas denúncias, utilizando do método qualitativo, com dois procedimentos básicos: 1) análise dos dados de 1990 em delegacias do Rio de Janeiro e 2) discussão do encaminhamento dado às denúncias, após decorridos cinco anos dos acontecimentos. Dentre os inúmeros tipos de violência contra crianças relatadas neste, focar-nos-emos no abuso sexual, objetivo do presente estudo.

Os abusos sexuais variam de tentativas de atentado ao pudor até estupros cometidos contra meninos e meninas. Quanto aos autores dos abusos geralmente são parentes, vizinhos ou desconhecidos. A pesquisa relata dois núcleos de sentido: o primeiro se refere ao aliciamento, caracterizando-se por casos em que o agressor, parente ou conhecido da vítima, usa de expressões de afeto ou promessas de brinquedos para praticar atos sexuais contra a criança; o outro núcleo de sentido presente nos boletins de ocorrência dizem respeito ao emprego da força. Nestes casos, o agressor usa de força física para manter relações sexuais com a vítima.

No tocante ao reexame dos boletins de ocorrências verificou-se que a violência doméstica não escolhe sexo, cor, nem classe social. Há uma parcela significativa de vítimas de cor branca, o que pode indicar uma tendência maior para a denúncia nas classes sociais mais favorecidas, apesar da lei do silêncio que ainda prevalece em torno da violência doméstica.

O desfecho das denúncias após cinco anos é desolador. Os dados revelam que

poucos inquéritos foram instaurados e apenas um virou processo, caso em que o réu foi considerado inocente, provavelmente por falta de provas. Alguns inquéritos foram arquivados, outros estão em andamento, com grandes chances de serem arquivados, em função do tempo. A falta de provas foi um dos fatores que mais contribuiu para que as denúncias não se transformassem em processo criminal.

A análise qualitativa dos dados revela núcleos de sentido expressos pelos registros de ocorrência, entre eles a invisibilidade e a impunidade do ato. Os dados também revelam contradições da sociedade brasileira atual no trato da infância e da adolescência. Na Constituição de 1988, em seu artigo 27, os direitos da criança e do adolescente são assegurados com absoluta prioridade, estes direitos são bem mais explicitados e seus mecanismos viabilizados na Lei 8.069 de 1990 (O Estatuto da Criança e do Adolescente). No entanto, o recorte da realidade analisado neste estudo mostra uma situação bem diferente dos preceitos legais. Na prática, parece que a sociedade, ao invés de proteger a criança e o adolescente, conforme preconizam as leis, protege seu agressor, desqualificando as crianças por serem crianças, principalmente quando se trata de eventos violentos não mortais, a banalização ou indiferença é maior.

Comentário Teórico

Esta pesquisa reveste-se de suma importância para o presente estudo pois retrata uma dura realidade, e serve como alerta para os desafios que as instituições e grupos sociais devem enfrentar para superar as atuais contradições neste campo. Também pode indicar a razão da lei do silêncio, nos casos de notificação da violência sexual, além de fornecer dados sobre como esta violência contra a criança acontece.

Vargas, J.D. (1999). *Indivíduos Sob Suspeita: a cor dos acusados de estupro no fluxo do sistema de justiça criminal. Dados, 42, (4). Rio de Janeiro. Retirado em 06/01/05 no Web site <http://www.scielo.com.br>.*

Resenha

Este artigo aborda o Sistema de Justiça Criminal da perspectiva do fluxo de pessoas, levando em conta os procedimentos e decisões que o alimentam, bem como o perfil dos indivíduos nele envolvidos, tomando por objeto um dos atributos dos acusados de crimes sexuais - a sua cor. Busca-se investigar o lugar e o peso que a variável cor do suspeito exerce nos diferentes procedimentos e decisões tomados pelas organizações responsáveis pela aplicação da Justiça Criminal.

A pesquisa foi realizada ao longo dos anos de 1993 e 1994, na cidade de Campinas. A metodologia utilizada inclui a observação participante, a realização de entrevistas e a quantificação de informações abordadas no período de 1988 a 1992. Foi feita a análise de 912 boletins de ocorrência (BOs), com um processamento de informações em forma de funil, sem utilização de amostras.

Os dados coletados indicam que os réus pretos são discriminados pelo Sistema de Justiça Criminal, recebendo tratamento diferenciado, o que leva a concluir que a raça atua, de fato, como fator de desigualdade e, assim como a pobreza e outros fatores tais como prisão anterior, antecedentes criminais é condição fundamental de inclusão no sistema.

Pode-se argumentar que, dado o caráter cumulativo do processo (fases da denúncia, instauração de inquérito e proferimento da sentença), esses suspeitos chegam à fase de sentença repetidamente estigmatizados - pela condição social, pela cor, e possivelmente, pela prisão durante o processo, tornando assim indiscutível, na

organização judiciária, a sua culpabilidade.

Comentário Teórico

Esta pesquisa mostra o quão discriminatório pode ser os sistemas judiciários no Brasil e reflete o problema da desigualdade tanto a nível econômico, social e de raça. A autora oferece uma série de evidências que nos coloca frente a uma das questões mais assustadoras da humanidade: o racismo e a eugenia, que aqui aparece sob a forma de aprisionamento, talvez até esquecimento de suspeitos de cor negra ou parda nos sistemas prisionais da região sudeste, e que pode estender-se para as outras regiões do país, servindo de alerta para este estudo, no tocante à cor dos participantes e à sua culpabilidade ou não.

Gonçalves, H. S. & Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18, (1). Rio de Janeiro. Retirado em 06/01/05 do web site [http:// www.scielo.com.br](http://www.scielo.com.br).

Resenha

O presente trabalho aborda o ato de notificar como instrumento de combate à violência e como controle epidemiológico da violência, e mais especificamente procura discutir as principais dificuldades enfrentadas pelos profissionais, sugerindo possíveis soluções a serem aplicadas. Baseia-se na experiência das autoras no Ambulatório da Família (AF) do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que em cinco anos de funcionamento atendeu a cerca de 420 crianças e adolescentes vítimas de violência.

A análise dos dados concluiu que os profissionais de saúde necessitam de esclarecimento da noção legal de maus-tratos e da concepção de suspeita; preparação de manuais técnicos de orientação, melhoria da infra-estrutura de serviços e realização de estudos sobre as conseqüências do ato de notificar, especialmente sobre a concepção de justiça que a notificação transmite à família brasileira.

Comentário Teórico

Este artigo oferece uma contribuição muito importante: a confiabilidade e a riqueza dos dados ficam obstaculizadas pela pluralidade de condutas implicadas, e pelo reconhecimento de dificuldades técnicas do processo de notificação. Conforme a autora relata: "*...logo, muitos profissionais não dispõem de informações básicas que permitam diagnosticá-la (referindo-se à violência) com um mínimo de acurácia*". Outra dificuldade que ameaça a integridade dos fatos é o temor que os profissionais brasileiros

tem em relação aos transtornos legais decorrentes da notificação, muito embora tanto os Conselhos de Medicina quanto o de Psicologia assegurem esta necessidade de notificação.

Além das dificuldades dos profissionais, as famílias podem desejar ou tentar impedir a notificação, podendo fornecer ou negar informações que fundamentem as suspeitas, influenciando também a qualidade e a quantidade de notificações deste tipo de crime.

Ribeiro, M. A. & Borges, L. M. (2001, Agosto). Violência intrafamiliar: estudo de um caso de abuso sexual na família. *Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Interamericano de Psicologia, Santiago, Chile.*

Resenha

As autoras deste estudo tiveram como objetivo investigar a dinâmica de uma família com história de violência sexual, utilizando a metodologia de estudo de caso, realizaram quatro encontros com o casal, com duração de uma hora e trinta minutos cada. O referencial teórico que norteou o levantamento e a análise dos dados foi a abordagem sistêmica da família, buscando conhecer os tipos de fronteiras do sistema familiar, papéis, hierarquias, comunicação e qualidade dos vínculos familiares, e a forma como a família se organizou a partir do momento em que foi revelado o segredo (abuso sexual).

Os dados demonstram que a história de violência na família era anterior à sua denúncia e confundia-se com a própria história da família, protegida por um segredo compartilhado por todos os seus componentes, conseqüentemente, uma análise da violência que envolva apenas a "vítima" ou o "agressor" trará visões simplistas e incompletas sobre a totalidade do fenômeno estudado. Todos os membros estavam envolvidos, de forma ativa, passiva ou como observadores coniventes.

A abordagem sistêmica coloca que o casal é o eixo das relações familiares e quando as relações conjugais não são harmoniosas e prazerosas, o casal terá dificuldades de administrar e desenvolver vínculos saudáveis na família. A família estudada possuía um vínculo frágil entre o casal, com uma vida sexual pobre, e este contexto parece ter facilitado o surgimento e a manutenção do abuso sexual na família.

Comentário Teórico

Este estudo possui valor inestimável para a compreensão da violência sexual intrafamiliar, pois identifica possíveis fatores que podem favorecer o abuso sexual e suas conseqüências para as famílias que a vivenciam, e especificamente para esta pesquisa aponta para as dificuldades de elucidação de crimes desta natureza, considerando que a família pode manter o fato em sigilo.

2.3 Saber Metodológico

Moreira, D. (2002). *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.

Resenha

A obra, composta de 12 capítulos, não será utilizada integralmente, apenas os capítulos 4, 9 e 10 terão maior relevância nesta pesquisa. O autor discute a validade de se trabalhar com a Pesquisa Qualitativa, dando-lhe o caráter de ciência verdadeira e, desta forma, despertando várias controvérsias. Os pesquisadores da tradição experimental condenam a pesquisa qualitativa como sendo impressionista, não objetiva e não científica, no entanto, ela vem conquistando seu espaço.

O método fenomenológico se caracteriza como sendo “Pesquisa Qualitativa”, tendo como outras técnicas qualitativas um conjunto de características em comum, que se estende à coleta e à análise dos dados.

A pesquisa qualitativa busca trabalhar com palavras oral e escrita, com sons, imagens, símbolos, etc, deixando de lado total ou quase totalmente as abordagens no tratamento dos dados.

Existem duas posturas diferentes nas ciências sociais: a pesquisa quantitativa nos

leva diretamente aos métodos quantitativos, dá-se o nome de Positivismo, onde os pesquisadores acreditam que o comportamento humano é a resultante de forças, fatores ou estruturas internas ou externas que agem sobre as pessoas para gerar determinados resultados, onde essas forças e fatores podem ser estudados pelo método experimental ou através de levantamento amostrais.

A segunda postura, que encaminha o estudo do homem aos métodos qualitativos, chama genericamente de interpretacionismo, sendo o estudo das experiências vividas de cada um e a experiência humana apóia-se nos sentidos, das pessoas, para enfim compreendermos os comportamentos.

Para tanto, os investigadores que pretendem realizar estudos sobre a experiência vivida de seres humanos devem ser sensíveis e tentar sentir dentro de si mesmo a experiência do sujeito.

Então o pesquisador para utilização do método qualitativo deve adotar uma variedade de técnicas para coletar dados sobre aspectos do comportamento. Tais técnicas incluem entre outras menos significativas, a observação participante, a entrevista e o método da história de vida.

O método fenomenológico enfoca fenômenos subjetivos acreditando que verdades sobre a realidade são baseadas na experiência vivida, tentando fazer justiça aos aspectos vividos dos fenômenos humanos.

Na pesquisa qualitativa os pesquisadores trabalham com dúvidas e não hipóteses prévias, onde ele deverá interrogar os sujeitos para obter respostas, e esse é um processo longo em direção ao fenômeno naquilo que se manifesta por que sai através do sujeito que vivencia a situação.

Comentário Teórico

Nesta obra de inexorável valor para o pesquisador iniciante do método fenomenológico, o autor oferece um sumário das características da Pesquisa Qualitativa, sem querer esgotá-las. Características estas, que poderão nortear esta pesquisa de uma forma muito positiva:

a) Um foco na interpretação, em vez de na quantificação: geralmente, o pesquisador qualitativo está interessado na interpretação que os próprios participantes têm da situação sob estudo.

b) Ênfase na subjetividade em vez de na objetividade: se aceita que a busca de objetividade é um tanto quanto inadequada, já que o foco de interesse é justamente a perspectiva dos participantes.

c) Flexibilidade no processo de conduzir a pesquisa: o pesquisador trabalha com situações complexas, que não permitem a definição exata e a priori dos caminhos que a pesquisa irá seguir.

d) Orientação para o processo e não para o resultado: a ênfase está no entendimento e não em um objetivo pré-determinado como na pesquisa quantitativa.

e) Preocupação com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência.

f) Reconhecimento do impacto do projeto de pesquisa sobre a situação de pesquisa: admiti-se que o pesquisador exerce influência sobre a situação de pesquisa e é por ela também influenciado.

Gomes, W. B. (Org.). (1998). *Fenomenologia e Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

Resenha

A obra é composta de seis estudos empíricos em psicologia, e um breve capítulo sobre o modelo de pesquisa qualitativo, que ilustra maneiras diferenciadas e inovadoras de lidar com as diversas etapas do método qualitativo: a) constituição de amostra, b) entrevista, c) sistemática de análise, d) categorização, e) interpretação, e f) validação.

Gomes faz um excelente resumo do método qualitativo de enfoque fenomenológico (1998, p. 168), na fase de análise dos dados, segue três etapas, chamadas de “Reflexibilidade Fenomenológica”: Descrição, Redução e Interpretação Fenomenológica. A entrevista tem se mostrado um instrumento importante nesse processo.

1ª) Reflexão Descritiva ou Descrição Fenomenológica, que inclui a descrição ingênua dos significados da experiência vivida pelos sujeitos da pesquisa.

A descrição verbalizada dos significados vividos na experiência estudada por cada um dos participantes é explorada através destes procedimentos técnicos: 1) estimulação para externar tais significados através de testes projetivos, entrevistas abertas ou histórias de vida, etc.

2) Esses dados coletados são classificados em categorias temáticas ou unidades de significado. Em cada caso enumerar quais foram essas categorias.

3) Essas categorias temáticas ou unidades de significado são trabalhadas reflexivamente por cada participante com o uso de entrevistas dirigidas, formação de história, etc., ver em cada caso as técnicas usadas. Esse ato de reflexão a fim de clarificar e aprofundar os significados é a característica distintiva da pesquisa qualitativa

fenomenológica.

2ª) Reflexão construtiva ou Redução Fenomenológica, que consiste:

a) Na construção da estrutura da experiência vivida através dos componentes significativos, presentes na experiência vivida de cada um dos sujeitos da pesquisa, chamada de estrutura ideográfica;

b) Na estrutura ou estruturas, segundo o caso, formado pelos componentes variáveis e invariáveis da experiência de todos os sujeitos da amostra intencional. São as chamadas estruturas nomotéticas ou grupais. No caso de todos os sujeitos apresentarem os mesmos componentes significativos, haverá uma só estrutura geral, com % de componentes significativos invariáveis. Já no caso onde existam componentes variáveis nas estruturas individuais se constituirão tantas quantas estruturas se façam necessárias. Pode dar-se que no grupo de participantes, exista uma estrutura totalmente individual e outras com elementos comuns. A descrição e a leitura dessa (s) estrutura (s) deve ser feita com ajuda de gráficos e estatísticas descritivas: %, média, etc.

Nessa etapa, com os elementos significativos levantados a partir dos dois níveis de descrição: a espontânea e a refletida, constroem-se as chamadas estruturas psicológicas subjacentes em cada uma das categorias temáticas ou unidades de significados com que a experiência estudada foi analisada.

3ª) Reflexão Hermenêutica ou Interpretação Fenomenológica, onde se analisam quais são os comportamentos existenciais que os componentes da experiência cristalizam: posições, atitudes, julgamentos, sentimentos ou emoções.

Essa etapa tem como fundamento o postulado básico da doutrina da intencionalidade sobre a indissociabilidade do significado vivido, ou seja, idéia ou representação do objeto da experiência e o comportamento que determina.

Vale dizer, que sabendo dos significados vividos pelos sujeitos na experiência

estudada resulta em uma conjectura, que indica quais serão os valores, atitudes e emoções, que determinarão a conduta dos sujeitos à partir dos significados vividos na experiência pesquisada.

Comentário Teórico

Parte fundamental do presente estudo, esta obra será a base do desenho de nossa pesquisa qualitativa de enfoque fenomenológico, referenciadas por Gomes (1998). As etapas a serem seguidas na execução da pesquisa são:

a) Descrição fenomenológica ou de exploração aprofundada dos significados vivenciados nas unidades temáticas com que se desdobra o estudo da experiência estudada.

b) Redução fenomenológica ou de construção das estruturas significativas a partir de todos os significados revelados em cada uma das unidades temáticas anteriormente exploradas; análise dos elementos variantes e invariantes de cada uma dessas estruturas.

c) Interpretação fenomenológica ou de avaliação de que significado ou significados podem estar subjacentes a conduta estudada, ou a futuras condutas do gênero, relacionadas com a experiência estudada.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínica – Qualitativa Construção Teórica – Epistemológica Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas da Saúde de Humanas*. Petrópolis – RJ: Vozes.

Resenha

Essa obra recente nos remete a atualização da efetivação do método qualitativo, é composta de 14 capítulos, 685 páginas, contudo utilizaremos apenas as partes que se referirem à Pesquisa Qualitativa e suas formas de utilização no trabalho de pesquisa.

O autor faz uma análise do método qualitativo desde sua história, definindo-o como compreensivo-interpretativo, lembrando de sua jovem idade (pouco mais de um século de existência), e que ele veio misturando-se com o início da idéia de se criar as ciências do homem, que surgem em contraponto às então já estruturadas ciências da natureza.

A pesquisa fenomenológica é predominantemente qualitativa. Denzin & Lincoln (1994: 2 citado por Turato, 2003 p.191) definem a pesquisa qualitativa como “multimetodológica quanto ao foco, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalística para seu assunto. Isto significa que os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seu setting natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos em termos das significações que as pessoas trazem para eles”.

Bogdan e Biklen (1998:38, citado por Turato, 2003 p.191) dizem que os pesquisadores qualitativos têm como objetivo “melhor compreender o comportamento e a experiência humanos. Eles procuram entender o processo pelo qual as pessoas constroem significados e descrevem o que são aqueles significados. Usam observação empírica porque é com os eventos concretos do comportamento humano que os investigadores podem pensar mais clara e profundamente sobre a condição humana”.

Para a pesquisa qualitativa o autor indica a entrevista clínico-psicológica como instrumento bem aproveitado, quando feito em profundidade e com a observação ampla e livre acompanhada da refinada auto-observação. Sabe-se que mediante a entrevista podemos obter dados de duas naturezas: os objetivos, os quais o pesquisador poderia obter de outras fontes (prontuários, fichas, etc.), e os subjetivos, que se refere a pessoa mesmo, com suas opiniões, valores e atitudes, como pontua tantos autores, tais como Minayo (1999: 108, citado por Turato 2003 p. 306). É esse tipo de dados que interessa à metodologia da pesquisa qualitativa.

Comentário Teórico

As principais características dos métodos qualitativos são:

- 1ª) A pesquisa é naturalística.
- 2ª) Tem dados descritivos.
- 3ª) A preocupação é com o processo.
- 4ª) Ela é indutiva.
- 5ª) A questão da significação é essencial.

Destacando algumas considerações de Turato a definição de métodos qualitativos, no presente tratado fica os sentidos e as significações dos fenômenos como sendo o cerne para os pesquisadores qualitativistas, onde o intuito de procurar capturá-los, ouvindo e observando os sujeitos da pesquisa, bem como dar as interpretações, são nossos maiores objetivos.

Para tanto, esta obra será de fundamental importância para a realização desta pesquisa.

Giorgi, A. (1999). Teoria, Prática e Avaliação do Método Fenomenológico com um Procedimento da Pesquisa Qualitativa. Movimento Atetheia de Análise Maiêutica – Existencial. *Journal of Phenomenological Psychology*, 28 (2). A. Schvinger & C. Garcia (trads.).

Resenha

Giorgi é um grande representante do estudo do homem, por meio do método fenomenológico e este trabalho contribuirá para o conhecimento e aplicação do método fenomenológico desta pesquisa.

O método fenomenológico é destinado a empreender pesquisas sobre fenômenos humanos e de como são vividos e experienciados por uma única pessoa. Esse processo se dá por meio de descrições de experiências dos sujeitos que vivenciaram os fenômenos em estudo. A postura fenomenológica busca o fenômeno da consciência, visto que não se pode evitá-la, ela é o acesso a tudo que é dado, pois não se apresenta de forma “neutra” aos objetos, pelo contrário, é doadora de significados.

Para ter acesso aos significados, o pesquisador precisa ter a atitude fenomenológica, requerendo estar inteiramente presente ao fenômeno, o que se torna possível por meio de uma atitude de redução. A redução consiste em suspender todo conhecimento prévio sobre o fenômeno estudado para que possa contemplá-lo como se apresenta. Assim, poderemos captar a experiência concreta, apontando para aquilo que o sujeito experienciou. É necessário uma descrição concreta e detalhada de experiências específicas, com o mínimo de generalidades e abstrações possíveis, advindas da atitude cotidiana natural; uma vez que nem todos são capazes de adotar inicialmente, a atitude fenomenológica de redução e o objetivo da redução é justamente compreender e

organizar os dados obtidos da atitude natural.

O autor, baseando-se nesta atitude de redução, propõe cinco passos concretos do método fenomenológico científico humano:

1) Compilação de informações verbais – Os dados devem ser colhidos por meio de relatos de campo escrito, entrevistas ou uma combinação de ambos. Busca-se uma descrição concreta e detalhada da experiência e das ações da pessoa, de maneira tão fiel quanto possível ao que aconteceu, como experimentado pelo sujeito, sendo que a maioria das perguntas são amplas para que o sujeito tenha a oportunidade de expressar seu ponto de vista.

2) Leitura dos dados – Antes de qualquer análise deve-se proceder uma leitura de todos os dados e a identificação do sentido global dos mesmos.

3) Divisão dos dados em partes – A divisão em partes facilita a discriminação dos significados. Uma descrição completa constitui-se de partes chamadas “unidades de significados”. Operacionalmente as unidades relevantes de significado são construídas por uma releitura mais lenta da descrição. Ao concluir a descrição teremos uma série de unidades de significado expressas na própria linguagem cotidiana do sujeito, neste caso, seguindo os critérios dos aspectos psicológicos.

4) Organização e exposição dos dados brutos dentro da linguagem da disciplina – passagem da linguagem do saber comum, para o saber científico (psicológico). Nessa fase, as unidades de significado são examinadas, exploradas e reescritas, passando de linguagem do sujeitos para a terminologia científica concordante com a disciplina utilizada, no nosso caso, a psicológica.

Devemos tentar derivar uma estrutura única para todos os sujeitos em estudo, sem, entretanto, forçar os dados para que se encaixe em uma estrutura única. Na pesquisa fenomenológica deve-se criar tantas estruturas quanto sejam necessárias, pois

o importante é a interpretação dos resultados como estruturas, como essências e suas inter-relações que exprimem como o fenômeno que está sendo investigado converge ou diverge. O objetivo principal da análise científica fenomenológica não é apenas a estrutura essencial, mas antes de qualquer coisa, a estrutura em relação às manifestações variadas de uma identidade social.

A pesquisa fenomenológica, considerada um estudo científico, precisa ser sistemática, metódica, geral e crítica. A universalização é uma forma de generalização, contudo não é necessária em todas as investigações, uma vez que, o que é verdade no caso das ciências humanas nas quais os contextos são importantes, tende a relativizar os achados.

O pesquisador científico deverá, além de ser descritivo, realizar redução fenomenológica e buscar significados individualizados de algum tipo e com o auxílio de variações imaginativas livres, procurar pelos significados mais invariantes ou essenciais. Sob esta perspectiva, parte de dúvidas e não de hipóteses prévias, e assim ele deverá interrogar os sujeitos para conseguir respostas a essas dúvidas. Quem interroga terá uma trajetória e estará caminhando em direção ao fenômeno, naquilo que se manifesta por si através do sujeito que experiencia a situação.

Note-se que o foco está no fenômeno e não no fato [...] quando há fatos haverá causalidade, repetidor em Fenomenologia não vai ter princípios explicativos, teorias ou qualquer indicação definitiva do fenômeno a priori; ele vai iniciar o seu trabalho interrogando o fenômeno apenas. (Martins, Boener e Ferraz, 1990, p. 143, citado por Giorgi, 1999).

Comentário Teórico

Este artigo é de suma importância para o esclarecimento do método fenomenológico, uma vez que, o próprio autor coloca que sua aplicação tem sido esporádica e desigual.

Então o postulado básico de Giorgi é:

Os significados são descobertos somente reflexivamente, ou seja, não de forma imediata ou direta. As experiências são espontaneamente dirigidas para os objetos ou para qualquer tipo de afazeres no mundo sem qualquer preocupação pelos seus significados de uma experiência se faz necessária a reflexão sobre a mesma. Isso obrigará a captar o significado da experiência e não apenas referi-la.

A natureza do comportamento humano aqui pesquisada, onde os significados de tal experiência defensivamente são silenciados, exigem uma metodologia qualitativa que possibilite uma compreensão e descrição de tal conduta, à partir da estimulação das unidades temáticas significativas: figura paterna, figura materna, alteridade, figura feminina e sexualidade, que podem estar subjacentes à conduta estudada, e não, à partir do ponto de vista do observador externo. No entanto, nesse artigo Giorgi aponta que esses dados devem ser explorados e desvelados na medida do possível, nos seus significados mais profundos e não apenas nos seus significados manifestos, utilizando as seguintes etapas: descrição, redução e interpretação fenomenológica.

Convém dizer que, a partir dos significados vividos pelos sujeitos na sua experiência, é possível conjecturar quais serão os valores, atitudes, emoções, etc., que determinarão as suas condutas futuras.

Artigo

**Significados das figuras parentais, feminina, do outro e da sexualidade
em detentos condenados por estupro de crianças.**

**Meanings of the parents, woman, other and of own sexuality lived by
imprisoned sexual offenders of child's rape.**

Hinayana Leão Motta Gomes

Saturnino Pesquero Ramón

Resumo

Os crimes de violência sexual, nas suas diversas modalidades, têm aumentado em proporções alarmantes nas sociedades de todas as partes do mundo. Esse fato tem motivado numerosos estudos empíricos e teóricos no campo das Ciências Humanas: Sociologia, Direito e, sobretudo, Psicologia. O presente estudo tem como objetivo uma exploração fenomenológica dos significados vivenciados com as figuras parentais, feminina, do outro e da sexualidade, que poderiam estar subjacentes à conduta de três detentos da Agência do Sistema Prisional de Rio Verde – Go, condenados por estupro. As verbalizações de tais significados, sabidamente silenciados (*neglect*), quando se trata de delito sexual, foi estimulada através de técnicas projetivas e uso temático das mesmas. A análise dos significados desvelados aponta a importância dos que estão relacionados com a figura paterna e com dificuldades na área sexual. Os resultados confirmam as teses freudianas sobre o papel das figuras exploradas e sua influência na conduta sexual desviada.

Palavras-chaves: Descrição fenomenológica; redução fenomenológica; interpretação fenomenológica; unidade de significado; mundo fenomênico; estupro em criança.

Abstract

The crimes of sexual violence in their various modalities have increased in outraging proportion in societies all over the world. This fact has motivated a great number of theoretical and empirical studies within the field of Human Sciences: Sociology, Law and Psychology. This study aims a phenomenological exploitation of the meanings lived with the parents, woman, other and of own sexuality, that could support the conduct of three imprisoned men from the prison system in Rio Verde-Go (Agência do Sistema Prisional de Rio Verde-GO) sentenced for rape. The verbalization of such significances wisely silenced (neglected) in referred to sexual violence was stimulated by the thematic use of projective techniques. The analyses of the unveiled significances point to the importance of those who are related to the father`s authority and have sexuality issues. The results confirm the freudian thesis about the role on the explored and their influence on the sexually deviated conduct.

Key words: phenomenological description; phenomenological reduction; phenomenological interpretation; significant unit; phenomenological world; rape of child.

Atualmente, vivenciamos uma demanda muito grande da sociedade por segurança, e concomitantemente, presenciamos um aumento diversificado, em termos qualitativos e quantitativos, das condutas transgressoras em todas as esferas da vida individual e social. Contudo, além da violência que leva a morte, convivemos de modo oculto e cotidiano com outras formas de vitimizações. Na área dos desvios sexuais, ao nível nacional, segundo dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública, Goiânia é a segunda cidade mais violenta em crimes de estupro no país e assume a liderança nos crimes de atentado violento ao pudor. Esta realidade, no entanto, parece não ser um

problema apenas doméstico. Vigarello, historiador francês, na sua obra “*História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*” documenta que, na França, “o número de condenações, sobretudo por crimes contra crianças, crescem seis vezes em um período de dez anos” (1998, p.7).

A confiabilidade e a riqueza dos dados sobre este tipo de comportamento ficam obstaculizadas tanto pela pluralidade de condutas implicadas quanto pela dificuldade de se obterem dados verídicos, ao tratar-se de uma experiência traumática que o implicado, por força do instinto de auto-estima e de privacidade, tem dificuldade em relatá-la (Finkelhor, 1994). A este respeito, dados da publicação da UNICEF (CRAMI, 2000), assinalam que nos crimes desta natureza, rotineiramente praticados às escondidas, a palavra da vítima é fundamental na elucidação do crime, sendo, no entanto, calada ou negada pelo motivo acima exposto. Nesta mesma linha de pensamento Gonçalves e Ferreira (2002), Gomes (1998), Ribeiro e Borges (2001), e Morales e Schramm (2002) relatam desde a dificuldade da notificação da violência intrafamiliar, impunidade do agressor, análises simplistas ou mesmo relutância em considerar os aspectos éticos do problema da agressão em crianças. Apesar destas dificuldades apontadas, existe uma riqueza de dados que têm possibilitado numerosas pesquisas sobre este tema estudado (Souza et al, 1993 citado por Vargas, 1999) .

A experiência profissional de atendimento clínico de Psicologia, tanto em consultório particular quanto em instituições, à crianças e adultos vítimas de abuso sexual infantil, indicou-me que tal prática não faz distinção de classe econômica, social ou de raça, conforme foi constatado em Gomes, R. (1998). O pressuposto de que pouco se explorou sobre os autores de crimes desta natureza, partindo-se do ponto de vista do próprio sujeito, autor do ato, juntamente com o elevado número de atendimentos psicológicos motivou o interesse pela personalidade dos que cometem a modalidade

mais perversa do estupro, que é em crianças.

Minayo e Sousa (1999, p.8, citadas em Gomes, Deslades, Veiga Bhering & Santos, 2002, p.708) observam que " até pouco tempo, porém, o setor de saúde olhou para o fenômeno da violência, como mero expectador; um contador de eventos e um reparador de estragos provocados pelos conflitos sociais". Neste sentido, existem desafios atuais para a problemática em questão: é possível prevenir o abuso sexual infantil em sua forma mais perversa? Existem fatores de risco que propiciam o desenvolvimento do estupro? Como atuar com pessoas que cometem tal delito? Há tratamentos? Podemos reinseri-lo na sociedade? Todas as direções apontam para questões que permanecem sem respostas, e por onde humildemente pretendemos caminhar, utilizando-nos do método qualitativo de enfoque fenomenológico.

Michel Foucault, em sua obra "A História da Sexualidade", composta de três volumes apresenta estas três proposições teóricas: no primeiro volume (1977) faz uma análise de como a sociedade se sensibilizou para lidar e evitar os "desvios e perversões sexuais". Esta linha propiciou uma padronização do lícito e ilícito nas condutas sexuais. A esse respeito, critica o fato de que esse controle sócio-cultural destruiu o aspecto singular e espontâneo do exercício da vida sexual-pessoal, contribuindo, inclusive, para os distúrbios neste campo. No segundo, (1984), numa perspectiva mítica, sobre o saber existente da sexualidade, resgata os aspectos humanos da sexualidade, especialmente o do amor. No volume III (1985), reflete sobre o poder subjetivante de uma sexualidade assumida pessoalmente, além das obrigações e limites conjugais.

Em outra obra de inextinguível valor, "Microfísica do Poder", Foucault (1976) demonstra como a sociedade foi, ao longo dos anos, controlando o corpo e a sexualidade dos indivíduos. Ele investiga de que maneira o poder penetra e controla o prazer, a sexualidade. O poder, longe de proibir o sexo, o estimula. Falar de sexo exige

procedimentos de gestão e discursos analíticos, fazer sexo implica em condutas lícitas e ilícitas, principalmente nas relações matrimoniais. A consciência e o domínio do corpo só puderam acontecer pelo investimento do poder sobre o corpo. Inúmeros aparatos foram fabricados, os métodos deixaram de ser os de suplício e passaram para os de assepsia, com a criação da criminologia, psiquiatria, psicologia, etc.; e o poder vai perpassando as instituições sociais, a família, chegando ao indivíduo como algo estranho e alheio, que se origina na vigilância constante do próprio Estado. Em contrapartida, o corpo sexual encontra formas de contra-controle como a pornografia, a erotização, e por que não acrescentarmos, os crimes sexuais.

Freud (1989), na obra *“Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”*, apresenta a tese de que haveria um imperativo genético que dirigiria a vida sexual nas suas etapas pré-genital e genital. Os desvios nesta evolução normal estariam ligados a uma má solução do complexo edipiano. Já, no seu artigo: *“Bate-se em uma criança – uma contribuição no estudo da origem das perversões sexuais”* (1976) defende que esta fantasia infantil pode desdobrar-se em matar uma criança, no caso de não ser elaborada, tornando-se a origem das aberrações sexuais, tais como perversão, fetichismo, etc.

Erich Fromm (1987), na sua obra *“Anatomia da Destrutividade Humana”*, critica esse determinismo apenas filogenético da organização da sexualidade de Freud e propõe a influência, principalmente de fatores sócio-culturais, no desenvolvimento da sexualidade humana e dos desvios destrutivos da mesma. A este respeito, distingue que haveria uma agressividade “benigna” (exercício da sexualidade) dirigida por imperativos filogenéticos, e outra “maligna”, específica da espécie humana cuja origem seria de natureza “sócio-biológico-histórica”, e seu objetivo, a destrutividade.

Citamos ainda, a obra de Joseph Berke (1992), *“A tirania da malícia: explorando o lado sombrio do caráter e da cultura”*. Ele defende que os distúrbios de

caráter, que podem desdobrar-se em desvios sexuais, e as anomalias nas organizações sociais (tais como a guerra) teriam como origem a malícia provocada por representações imaginárias de experiências parentais e sexuais mal resolvidas. O estupro, para Berke (1992), é a extensão das intenções mais destrutivas de sujar e dominar o corpo de outrem, o estuprador sente que as vítimas têm tudo e ele não tem nada, sendo que o ato de estuprar diminuiria as qualidades da vítima.

Sobre o tema específico da pesquisa, o estupro, assinalamos o estudo de Vigarello (1998), sob o título “*A História do Estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX*”. Com dados da população francesa, documenta, a partir de uma perspectiva jurídica, uma mudança, no período histórico estudado, na qualificação e nas penalidades dos crimes sexuais, especialmente dos pertencentes às modalidades de estupro. Nesta mesma linha de reflexão, o juiz e jurista brasileiro Chrysolito de Gusmão (2001), em sua obra “*Dos crimes sexuais, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores*”, distingue, para fins jurídicos, que o estupro só se caracteriza por relações vaginais forçadas com um parceiro feminino, e que as outras modalidades, comporiam uma categoria de atentado ao pudor.

Lee, Jackson, Pattison e Ward (2002), nos apresentam estudos empíricos recentes sobre o desenvolvimento de fatores de risco nos vários tipos de parafilias, incluindo o estupro. São eles: abuso sexual na infância, abuso físico na infância, abuso emocional na infância, problemas de comportamento na infância e desestrutura familiar. Especificamente, constatou-se que o abuso sexual infantil confirma a teoria de que o menino e o adolescente que foram abusados sexualmente podem, mais tarde, tornar-se agressores sexuais de crianças, de acordo com o “ciclo vítima – agressor” (Bagley et al , 1994, citado em Lee & colaboradores, 2002)., a “hipótese abusado- abusador” (Garland & Dougler, 1990, citados em Lee & colaboradores, 2002) e a “teoria da molestaçã

pedofilia”(Howitt, 1995, citado em Lee & colaboradores, 2002).

Por outro lado, Smallbone e McCabe (2003), salientam a diferença entre estupradores e molestadores de crianças no grupo intrafamiliar e extrafamiliar. O grupo intrafamiliar de molestadores e os estupradores relataram, por meio de autobiografias, vínculos paternos inseguros, diferentemente do grupo extrafamiliar de molestadores.

A natureza do comportamento humano aqui pesquisado exige uma metodologia qualitativa que possibilite uma compreensão e descrição de tal conduta, estudada a partir do "quadro de referência do próprio sujeito" (Bogdan & Biklen, 2003, p.2). Em contrapartida estes dados devem ser explorados e desvelados o mais exaustivamente quanto possível, sendo que utilizaremos do método qualitativo de enfoque fenomenológico, preconizado por Giorgi (1999).

Com esta finalidade, traçamos os seguintes objetivos nesta pesquisa:

1. Desvelar os significados nas vivências assinaladas e que podem estar presentes, como determinantes na conduta de estupro dos três estudos de caso realizados;
2. Analisar quais são os elementos significativos que são comuns ou invariantes, e quais são os elementos singulares ou variantes nas três estruturas significativas de cada um dos participantes;
3. Discutir criticamente quais são os elementos significativos desvelados que confirmam, questionam ou ampliam o saber existente sobre a conduta estudada.

Método

Como mencionado anteriormente, o método utilizado para a consecução destes objetivos será o da pesquisa qualitativa de base fenomenológica. A pesquisa qualitativa, segundo definição de Denzin e Lincoln, transcrita por Turatto (2003, p.191) é definida

nestes termos:

Pesquisa qualitativa é multimetodológica quanto ao foco, envolvendo uma abordagem interpretativa e naturalística para seu assunto. Isto significa que os pesquisadores qualitativistas estudam as coisas em seu *setting* natural, tentando dar sentido ou interpretar fenômenos em termos das significações que as pessoas trazem para eles. (Denzin & Lincoln, 1994:2).

Há duas modalidades de pesquisa qualitativa: a de “Análise de Conteúdo” de Berelson (1952, citado em Giorgi, 2000), e a de base fenomenológica de Giorgi (2000), Brentano (1973). Este último autor (Giorgi, 2000, p.14) assinala, citando o Berelson, que o característico da Análise de Conteúdo: “é uma técnica de pesquisa para obter uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa dos conteúdos manifestos da comunicação”. Por outro lado, o mesmo afirma que o característico da pesquisa qualitativa de base fenomenológica consiste em uma exploração, a mais aprofundada possível, dos significados vividos, suposto que:

os significados são descobertos somente reflexivamente, ou seja, não de forma imediata ou direta. As experiências são espontaneamente dirigidas para os objetos ou para qualquer tipo de afazeres no mundo sem qualquer preocupação pelos seus significados. Para alcançar ou clarificar os significados de uma experiência, faz-se necessária a reflexão sobre a mesma. Isto obrigará a captar o significado da experiência e não apenas referi-la (Giorgi, 1986, p.13).

Então o método qualitativo de base fenomenológica se diferencia no sentido de não ficar apenas no imediato, proporcionando uma oportunidade para que as pessoas

reflitam sobre seus comportamentos. "É necessário almejar e elucidar os aspectos psicológicos na profundidade necessária para entender o evento estudado" (Giorgi, 2000, p.18).

O desenho da pesquisa qualitativa de base fenomenológica, na sua operacionalização, segue as seguintes etapas:

1 Descritiva: a chamada descrição fenomenológica, que inclui a descrição ingênua dos significados da experiência vivida pelos participantes da pesquisa.

2 Redutiva: a chamada redução fenomenológica, onde são construídas as estruturas dos elementos significativos encontrados em cada uma das unidades de significados ou categorias temáticas, anteriormente explorados, analisando cada um deles no seu caráter variante e invariante;

3 Conclusiva ou interpretativa: a chamada interpretação fenomenológica, que consiste em uma avaliação de como os significados explorados podem estar subjacentes à conduta estudada. A operacionalização desta etapa confirma, questiona ou enriquece o saber existente sobre o tema. (Giorgi, 2000; Wertz, 2000; Gomes, W. 1998; Pesquero, 2003).

Na fase estimulativa da etapa descritiva exploramos os significados de forma indireta, conforme aconselha Proskansky (1999), supondo, como assinalamos, que os significados de tal experiência defensivamente são silenciados [*neglect*] (Finkelhor, 1994). Com este objetivo, estimulamos, por meio do Rorschach e do teste de completar frases de Sacks, as seguintes unidades temáticas significativas: figura paterna, figura materna, alteridade, figura feminina (só com o teste de completar frases) e sexualidade. Na fase reflexiva, esses dados coletados foram classificados nas categorias acima descritas. Essas categorias foram trabalhadas reflexivamente por cada participante com o uso das respostas dadas em cada uma das pranchas estimulativas do Rorschach, o que

contempla o primeiro objetivo, através da formação de uma estória evocativa.

Na fase redutiva, que consiste na parte de organização dos elementos que foram levantados das unidades de significados ou categorias temáticas, construímos três estruturas com todos os elementos significativos refletidos por cada indivíduo. Estes elementos significativos foram separados em duas categorias: a dos elementos variantes e a dos invariantes, conforme sugere Wertz (2000), ao distinguir elementos idiográficos e nomotéticos. Esta etapa atende ao segundo objetivo da pesquisa.

Na etapa conclusiva, são avaliados como estes significados podem estar subjacentes na conduta estudada (Pesquero, prelo). Neste sentido, na parte conclusiva de nosso trabalho, como anunciamos, será feita uma avaliação de quais significados explorados confirmam, questionam ou enriquecem o saber existente, contemplando-se o terceiro objetivo.

O valor heurístico de desvelar os significados se fundamenta no postulado básico da chamada Psicologia Fenomenológica, onde “todo comportamento, sem exceção, está completamente determinado pela esfera fenomênica (*perceptual field*) do organismo que se comporta” (Combs & Snygg, 1959, p.20).

Este postulado reflete a doutrina da intencionalidade, preconizada por Franz Brentano, na sua “*Act Psychology*” (Pesquero, prelo). Giorgi define o termo intencionalidade: “se refere ao fato fundamental de que o ser humano está sempre orientado em direção a algo, que não ele mesmo, e que os significados do mundo não podem ser compreendidos, exceto nos termos da relação dele com o mundo”. (Giorgi, 2000, p.71).

Participantes

Participaram deste estudo três detentos da Agência Prisional de Rio Verde, abaixo uma breve descrição do autor e de seu crime:

1. Sujeito 1: 35 anos, 4ª série primária, negro, amasiado, lavrador; condenado pelo crime de estupro de uma menor de 8 anos, sua vizinha, possui histórico criminal de tráfico e pequenos furtos. Sobre o crime: a vítima estava caminhando para sua casa quando encontrou o S1 que lhe pediu para acompanhá-la, levando-a para um local ermo, onde concretizou o abuso sexual. Está na prisão há oito anos, em regime fechado e sua sentença já foi totalmente cumprida. Aguarda liberação.

2. Sujeito 2: 37 anos, 1º grau completo, branco, casado, três filhos do casamento, ex-policial; condenado pelo crime de estupro de uma menor de 10 anos, amiga de sua filha. Não havia registros de crimes anteriormente. O crime: sua filha estava brincando em casa com uma colega de escola, o S2 estuproou a menor, que pediu para ir embora, chegando em casa sua mãe percebeu que estava com sangramento vaginal, a menor contou o ocorrido. O S2 não assume o crime, ele diz que "ela subiu em uma escada, desequilibrou e machucou a vagina entre as pernas da escada". Já cumpriu quase 3 anos de sua sentença, em regime fechado e aguarda liberdade condicional.

3. Sujeito 3: 42 anos, 4ª série primária, pardo, amasiado com uma menor de 16 anos, comerciante. Não possuía antecedentes criminais. Sobre o crime: S3 é dono de um pequeno hotel na periferia da cidade, aonde a vítima de 11 anos foi atraída pela perspectiva de ganhar algum dinheiro limpando o estabelecimento. Apesar de ter sido preso em flagrante, nega o crime. A sentença foi proferida recentemente (menos de três meses). Regime fechado.

Nos crimes acima citados existem algumas coincidências: as vítimas não

possuíam sinais ou ferimentos físicos externos, apenas internos causados pela penetração forçada do pênis na vagina, os crimes foram praticados às escondidas, sem a presença de testemunhas, e eram conhecidos das vítimas. Os três participantes estão presos por estupro, transgredindo o artigo 213, do estupro, do Código Penal Brasileiro, que é o ato de: “*constranger mulher à conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça*”; e o artigo 224, da violência presumida, completando o anterior, que reza: “*presume-se violência, se a vítima for: a) não é maior de quatorze anos...*”.

Instrumentos

1. *Rorschach temático*
2. *Teste de Completar Frases de Sacks*

O Rorschach temático é uma variante que é útil quando se quer um aprofundamento (reflexão) do conteúdo verbalizado nas respostas dadas às pranchas. Após aplicação do Rorschach pede-se ao participante que forme uma estória com os elementos verbalizados em cada uma das pranchas (preconizado por Elizur, 1976; Edington, 1980; Rausch de Traubenberg, 1983, citados em Cunha 2000, pp 378).

O Teste de Completar Frases consiste em 60 frases incompletas que o examinando deverá completar, e que investiga quatro áreas representativas de sua adaptação. Estas quatro áreas são: família, sexualidade, relações interpessoais e conceito de si mesmo. Os itens incluídos em cada uma das áreas oferecem ao examinando oportunidades suficientes para expressar suas atitudes de modo tal que um pesquisador possa deduzir as tendências dominantes de sua personalidade. A área da família inclui três séries de atitudes: com a mãe, com o pai e com a unidade familiar. Cada uma delas está representada por quatro itens de completamento de frases que estimulam o examinando a expressar suas atitudes com os pais e com a família como um todo. A

sexualidade envolve as atitudes com a figura feminina e as relações heterossexuais. Já a área das relações interpessoais, evocam o outro, e inclui atitudes frente a amigos, conhecidos, colegas de trabalho ou de escola e superiores.

Procedimentos

A pesquisa foi realizada no Centro de Inserção Social de Rio Verde, Goiás; que faz parte da Agência Goiana do Sistema Prisional. Em um primeiro momento os participantes que concordaram com os objetivos da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre, sendo que o projeto foi submetido à análise do Comitê de Ética, por tratar-se de uma população vulnerável. Após esta etapa, entrevistas semi-dirigidas individuais foram realizadas com o propósito de conhecer a história individual de cada um, o delito e fazer o rapport para amenizar a ansiedade inicial e fazer a combinação para a realização das diferentes etapas. Esta etapa aconteceu em dois encontros de uma hora e meia com cada um dos participantes.

No segundo momento da pesquisa começamos a aplicação das técnicas projetivas, de forma individual, em uma sala destinada à psicologia da Agência, possuindo os aspectos básicos exigidos pelo Conselho para a aplicação de testes, e dividiu-se em três fases, de duas ou mais sessões. Na primeira fase foi aplicado o teste Rorschach, incluindo todo o processo de investigação. A segunda fase constitui-se do uso temático do Rorschach, e na terceira, foi aplicado o teste de completar frases de Sacks. As sessões duravam em torno de duas horas cada, de acordo com a necessidade de cada participante. Não foi usado gravador ou filmagem. Todas as informações repassadas foram anotadas rigorosamente de acordo com a fala dos participantes.

Resultados

As histórias evocadas pelo Rorschach temático e as respostas do Teste de Completar Frases foram analisadas seguindo os três passos da flexibilidade fenomenológica, descritos anteriormente. Os resultados obtidos dos significados da experiência estudada em cada técnica foram submetidos a uma análise de conteúdo das respostas separadamente, criando categorias de sentido ou unidades temáticas de significado: figuras parentais, feminina, do outro e com a própria sexualidade, e posteriormente foram agrupados, conforme apresentado abaixo.

Fase descritiva

Unidade temática	Significados refletidos
1. Figura Paterna	<ul style="list-style-type: none"> • Pai como ameaça. • Falta do pai.
2. Figura Materna	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento obstaculizado. • Relacionamento ambivalente.
3. Figura Feminina	<ul style="list-style-type: none"> • Procura da mulher ideal • Rejeição da mulher imperfeita.
4. Relacionamento com o outro	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de relacionamento. • Dificuldade na percepção do outro.
5. Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Sexualidade conflitiva. • Necessidade sexual. • Moralismo sexual.
TOTAL: 5	11

Tabela 1 – Resultados dos significados explorados em cada unidade temática: Sujeito 1.

Unidade temática	Significados refletidos
1. Figura Paterna	<ul style="list-style-type: none"> • Pai castrador. • Pai negligente. • Pai ausente.
2. Figura Materna	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ligação afetiva com a mãe (ligação conflitiva) • Dificuldade de relacionamento
3. Figura Feminina	<ul style="list-style-type: none"> • Procura a mulher ideal. • Rejeição da mulher imperfeita.
4. Relacionamento com o outro	<ul style="list-style-type: none"> • Evitação do contato. • Confiança no outro. • Falta do outro.
5. Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Necrofilia.
TOTAL: 5	11

Tabela 2 - Resultados dos significados explorados em cada unidade temática: Sujeito 2.

Unidade temática	Significados refletidos
1. Figura Paterna	<ul style="list-style-type: none"> • Agressiva ou castradora. • Falta da presença do pai. • Abandono do pai.
2. Figura Materna	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade da presença materna.
3. Figura Feminina	<ul style="list-style-type: none"> • Sentimento ambivalente. • Visão negativa da mulher.
4. Relacionamento com o outro	<ul style="list-style-type: none"> • Visão negativa do outro. • Experiência negativa com o outro. • Relacionamentos positivos.
5. Sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação bissexual. • Sexualidade como ameaça a integridade física. • Experiências ambivalentes. • Moralismo sexual.
TOTAL: 5	13

Tabela 3 – Resultados dos significados explorados em cada unidade temática: Sujeito 3.

Experiência vivida	Significados refletidos
Estupro e experiências correlatas	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de relacionamento com o outro. • Dificuldade na percepção do outro. • Pai como ameaça. • Falta do pai. • Relacionamento materno obstaculizado. • Experiência materna ambivalente. • Sexualidade conflitiva. • Necessidade sexual. • Moralismo sexual. • Procura da mulher ideal. • Rejeição da mulher imperfeita.
Total: 11	

Tabela 4 – Componentes da estrutura global significativa: Sujeito 1.

Experiência vivida	Significados refletidos
Estupro e experiências correlatas	<ul style="list-style-type: none"> • Confiança no outro. • Falta do outro. • Evitação do contato com o outro. • Pai castrador. • Pai negligente. • Pai ausente. • Falta de ligação afetiva com a mãe. • Dificuldade de relacionamento com a mãe. • Necrofilia. • Procura da mulher ideal. • Rejeição da mulher imperfeita.
Total	11

Tabela 5 – Componentes da estrutura global significativa: Sujeito 2.

Experiência vivida	Significados refletidos
Estupro e experiências correlatas	<ul style="list-style-type: none"> • Experiência negativa com o outro. • Visão negativa do outro • Relacionamentos positivos com o outro. • Figura paterna agressiva/ castradora. • Falta da presença do pai. • Abandono do pai. • Necessidade da presença materna. • Identificação bissexual. • Sexualidade como ameaça à integridade física. • Experiências sexuais ambivalentes. • Moralismo sexual. • Sentimento ambivalente em relação à figura feminina. • Visão negativa da mulher.
Total	13

Tabela 6 – Componentes da estrutura global significativa: Sujeito 3.

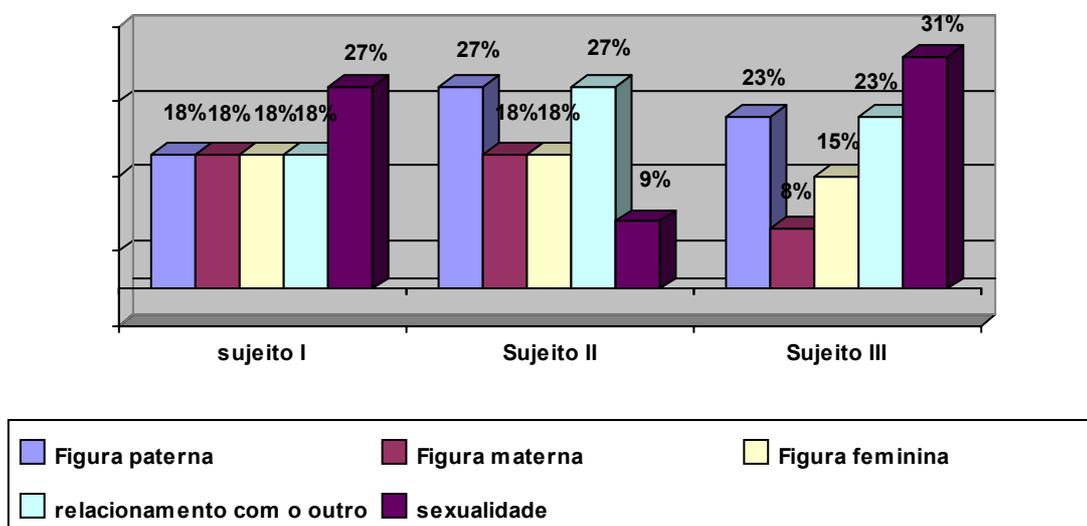


Figura 1 - Percentual dos significados em cada unidade temática, realizados pelos três participantes.

Leitura dos resultados

Os percentuais do gráfico referentes ao participante 1 demonstram que a unidade temática que mais estimulou significados foi o da sexualidade. Isto pode estar ligado ao fato do referido ser o que tem mais tempo de aprisionamento (8 anos em regime fechado), sem a possibilidade de manter relações sexuais constantes. As percentagens nas unidades temáticas restantes equiparam-se. Uma análise qualitativa dos significados, conforme pode ser observado nas tabelas, revelam vivências de caráter negativo: conflitivo ou ambivalente em todas elas.

No participante 2, as unidades temáticas que mais estimularam significados foram as das figuras paterna e do relacionamento com o outro. Uma análise qualitativa destes significados explorados demonstra, conforme as tabelas, com relação à figura paterna, uma experiência negativa; e com relação ao relacionamento com o outro, inibição e vontade de contato. Já a unidade temática que estimulou menos significados foi o da sexualidade, sendo, no entanto, o mais rico no sentido de possível perversão sexual: fantasias necrófilas. As outras duas unidades temáticas: figura materna e figura feminina se equiparam. O conteúdo dos significados apresenta um sentimento ambivalente complementar: sente a falta de um relacionamento satisfatório, por experiências negativas com as duas figuras, e ao mesmo tempo, tenta compensá-lo com uma expectativa de achar figuras ideais.

Com relação ao participante 3, a unidade temática mais rica em significados foi a da sexualidade, seu conteúdo, no entanto, indica uma problemática grave na área. Os resultados mais baixos estão na figura materna e na figura feminina. O conteúdo dos significados de caráter negativo pode estar subjacente à dinâmica de sua sexualidade. Os resultados nas unidades temáticas: figura paterna e relacionamento com o outro coincidem e refletem uma vivência ambivalente.

Fase redutiva

Experiência vivida	Significados Refletidos Invariantes	Significados Refletidos Variantes
Estupro e experiências correlatas	<ul style="list-style-type: none"> • Pai castrador • Sentimento ambivalente em relação à figura feminina. • Sexualidade conflitiva. • Alteridade conflitiva. 	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamentos positivos com os outros. • Confiança no outro. • Falta do outro. • Falta do pai. • Pai negligente. • Pai ausente. • Relacionamento materno obstaculizado. • Experiência materna ambivalente. • Falta de ligação afetiva com a mãe. • Necessidade da presença materna.
Total	4	10

Tabela 7 – Elementos variantes e invariantes nas estruturas significativas dos sujeitos estudados.

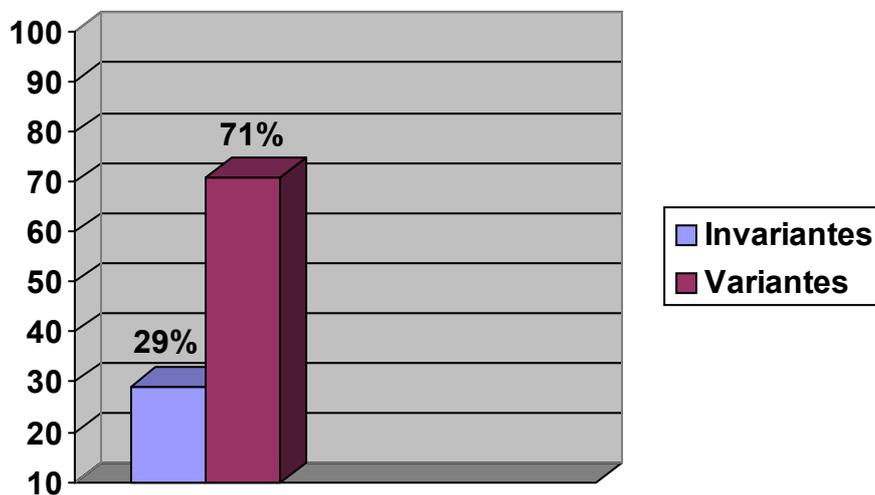


Figura 2 - Distribuição dos elementos significativos variantes e invariantes das estruturas dos participantes estudados.

Leitura dos resultados

Na estrutura global composta por todos os elementos significativos verbalizados pelos três participantes, observamos que 29% são de natureza invariante, ou seja, estão presentes nos três participantes; e 71%, são variantes, isto é, presentes, apenas, em um ou dois participantes.

Na pesquisa, os significados invariantes se revestem de suma importância pelo fato de descreverem um mundo fenomênico comum, que podem estar subjacentes à conduta estudada dos implicados. Uma análise de seu conteúdo demonstra, pela tabela anexa, a importância de uma experiência negativa com a figura paterna, de caráter castrador; de um significado ambivalente com a figura feminina e de uma sexualidade e alteridade conflitivas.

Discussão

Os resultados obtidos possibilitam a discussão de dados relevantes acerca dos significados das figuras parentais, feminina, do outro e com a própria sexualidade nos três detentos condenados pelo estupro de crianças.

Observamos que os três participantes demonstraram uma sexualidade conflitiva, e mostravam-se reticentes e pouco abertos a falar da própria sexualidade, do prazer e do delito. Parece haver um acordo de silêncio (neglect) entre autores deste tipo de crime, classificados como aberrações sexuais (Gusmão, 2001), onde o "não falar" pode implicar em uma conduta de contra-controle, conforme aponta Foucault (1996). O mesmo autor (1997) analisa como o corpo investiu-se de poder e propiciou uma padronização de condutas lícitas e ilícitas nas condutas sexuais, transformando a própria sexualidade em algo estranho e alheio, que se origina na vigilância constante do Estado. Parece que, estes indivíduos, ao lidarem com a revolta do corpo sexual, encontraram

formas de contra-controle. Desta forma, o não falar sobre o crime de estupro seria apenas formas mais sutis de contra-controle, e o estupro seria a própria manifestação da revolta do corpo sexual.

Ainda sobre a sexualidade, os significados dos três participantes indicaram uma área conflitiva, que pode estar presente na gênese do desvio estudado, como pontuam Freud (1976, 1989) e Berke (1992), autores ligados à teoria psicanalítica. Quanto ao S3 pareceu-nos que existe uma diferença qualitativa em relação aos demais nesta área, sugerindo alterações na estrutura de seu caráter. Como afirma Fromm (1987) existem dois tipos de agressividade: a benigna, que está ligada aos instintos, buscando a sobrevivência; e a maligna (destrutividade), ligada ao caráter, manifestando-se ou de forma espontânea (respondendo a uma situação de vingança, por exemplo), ou como parte da estrutura do caráter. Quando esta destrutividade é parte da estrutura de caráter da pessoa, se apresenta de forma mais rica, estável e prolongada que na primeira. De fato, podemos observar a manifestação abundante e rica de significados na unidade temática sexualidade do S3, conforme a tabela 3 e a figura 1.

Salientamos a importância do significado negativo da figura paterna, vivenciada como castradora, podendo estar subjacente ao desvio sexual estudado. A respeito disso, relembremos a literatura citada na introdução deste artigo sobre o papel da figura paterna no desenvolvimento da sexualidade e nos desvios patológicos da mesma (Freud 1976, 1989), e os estudos empíricos de Smallbone e McCabe (2003). De certa forma, pode-se imaginar que outrora, os autores de crimes deste tipo foram vítimas de pais castradores, punitivos. Lee e colaboradores (2002) apontam diversos estudos empíricos recentes: o "ciclo vítima - agressor" de Bagley et. al (1994), a hipótese "abusado - abusador" de Garland & Dougler (1990) e a "teoria da molestaçã da pedofilia" de Howitt (1995), que colocam a agressividade ou abuso sofrido como um

fator de risco no desenvolvimento de inúmeras parafilias, dentre elas o estupro (Lee & colaboradores, 2002).

Os conflitos na relação com a figura feminina, em geral, e não apenas da mãe, desvelados na pesquisa, constituem uma descoberta no estudo dos determinantes subjetivos na gênese dos desvios sexuais. De fato, na literatura consultada, apenas Berke (1988) cita a mãe, e não a figura feminina, como determinante das condutas transgressoras, incluindo as sexuais, com sua tese da “maternalização” frustrada.

Finalmente, enfatizamos que os significados de uma alteridade conflitiva verbalizados pelos participantes, levantam a utilidade de estudar, para a compreensão dos desvios sexuais, o papel das experiências negativas nos relacionamentos interpessoais, que vão além dos relacionamentos com as figuras paterna e feminina. Neste sentido, há a possibilidade de que as dificuldades não sejam efeito do desvio, e sim, fator do desvio.

Considerações Finais

Diante do exposto, o presente trabalho apresenta algumas contribuições para uma temática pouco discutida e pesquisada. Os dados revelam a importância da qualidade das relações familiares, sobretudo da figura paterna, o que poderia ser um fator higiênico, ou seja, de prevenção de tais condutas desviantes. De fato, a família exerce papel fundamental no desenvolvimento do indivíduo, e pode também contribuir assustadoramente para a malignidade deste. Desprovidos de condições dignas de educação, não assistidos em seus direitos elementares de segurança emocional, de integridade física, ou até não reconhecidos em sua singularidade, os autores, participantes deste estudo, sob este prisma, parecem deixar a postura de algozes, agressores, e assumem o papel de vítimas, pois a família, o pai, que deveria ser o

suposto responsável pela segurança e integridade emocional e física, pareceu propiciar momentos de castração, ausências e sofrimento.

Neste sentido, acreditamos que a principal colaboração deste artigo seja o desmistificar a figura do estuprador, chamando a atenção da comunidade científica para o perigo de análises simplistas, que observam de forma linear e rígida um fenômeno complexo, perpassado por uma série de fatores, que não podem ser explicados com uma abordagem determinista ou única do problema. Assim, a primeira desconstrução a ser feita é a do reducionismo deste fenômeno.

Outra conclusão a que chegamos é que pesquisas futuras precisam propiciar a descoberta da importância que tem a experiência com a figura feminina, não apenas com a materna, como paradigma reducionista de todas as outras relações do gênero; explorar exhaustivamente cada um dos significados encontrados e outros que porventura possam surgir, também precisamos investigar o conceito de si mesmo dos autores de tais delitos.

Uma das dificuldades encontradas foi a de manter um contato saudável e genuíno com os participantes, de fato, todos se mostravam fechados e inibidos, sendo que um significado desvelado foi a alteridade conflitiva, demonstrando a importância de superar os conflitos interpessoais para o desenvolvimento de uma sexualidade saudável, e configurando-se em um desafio para profissionais da área da saúde.

Referências Bibliográficas

- Bellak, L & Proshansky, H. (2000). *Psicologia Projetiva*. Madrid: Paidós.
- Berke, J. H. (1988). *A tirania da malícia: explorando o lado sombrio do caráter e da cultura..* M. Campello (trad.). – Rio de Janeiro: Imago, 1992, 538p.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (2003). *Research for Education - An Introduction to Theories and Methods*. (4. ed.). New York: Allinand Bacon.
- Brentano, F. (1973). *Psychology from an Empirical Standpoint*. London, Roytledge & Kegan Paul.
- Combs, A. & Snygg, D. (1959). *Individual behavior: a perceptual approach to behavior*. New York: Harper & Row Publishers.
- CRAMI – Centro Regional aos Maus-tratos na Infância – Campinas (2002). *Abuso Sexual Domestico: atendimento às vitimas e responsabilização do agressor*. São Paulo: Cortez: Brasília:UNICEF, 2002. (série fazer valer os direitos; v.1)
- Cunha, J. A. (2000). *Psicodiagnóstico – V*. (5ed.). Porto Alegre: Artmed, 2002.
- Finkelhor, D. (1994). The International epidemiology oh child abuse. *Child abuse & Neglect*, 18, 409-417.
- Foucault, M. (1985) – *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. (5ª.ed.) Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. R. Ramallete (trad.). Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres*. (7.ed). Rio de Janeiro: Edições Graal.
- Foucault, M. (1996). *Microfísica do poder*. (12 ed). Rio de Janeiro: Edições Graal.

(Original publicado em 1979).

Foucault, M. (1997). *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. (12.ed). Rio de Janeiro: Edições Graal. (Original publicado em 1988).

Freud, S. (1976). História de uma neurose infantil e outros trabalhos. Em: *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.XVII). (1917-1919). Rio de Janeiro: Imago.

Freud, S. (1989). *Um caso de histeria, três ensaios sobre sexualidade e outros trabalhos*. Em: *Obras Completas de Sigmund Freud*. (Vol.VII). (1901-1905). (2 ed). Rio de Janeiro: Imago.

Fromm, Erich (1987), *Anatomia da destrutividade humana* (M. A. de M. Matos, trad.). (2.ed). Rio de Janeiro:Guanabara (Original publicado em 1973).

Giorgi, A. (1986). Description in Psychological Researchs. In: *Asworth, P. Et ali. Qualitative Research em Psychology – Proceedings of the International Association for Qualitative Research*. Pittsburg, PA: Duquesne University Press.

Giorgi, A. (2000). *Phenomenology and Psychological Psychology*. Pittsburgh. PA. Duquesne University Press.

Giorgi, A. (1999). Teoria, Prática e Avaliação do Método Fenomenológico com um Procedimento da Pesquisa Qualitativa. Movimento Aletheia de Análise Maiêutica – Existencial. A. Schvinger & C. Garcia (trad.). *Journal of Phenomenological Psychology*, 28, (2).

Goffman, E. (1988). *Estigma: notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC.

Gonçalves, H.S. & Ferreira, A.L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18,(1). Rio de Janeiro. Retirado em 06/01/05, do Scielo (Scientific Eletronic Library Online) no

World Wide Web: <http://www.scielo.com.br>

Gomes, R. (1998). Da denúncia à impunidade: um estudo sobre a morbi-mortalidade de crianças vítimas de violência. *Cadernos de Saúde Pública*, 14, (2). Rio de Janeiro. Retirado em 06/01/05, do Scielo (Scientific Electronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br>

Gomes, R.; Deslades, S. F.; Veiga, M. M.; Bhering, C & Santos, J. F. C. (2002). Por que as crianças são maltratadas? Explicações para a prática de maus-tratos infantis na literatura. *Cadernos de Saúde Pública*, 18 (3), 707-714. Rio de Janeiro. Retirado em 21/11/04, pelo COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica).

Gomes, W. B. (Org.). (1998). *Fenomenologia e Pesquisa em Psicologia*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS.

Guay J.P.; Proulx J.; Cusson M.; Ouimet M. (2001) Victim-Choice Polymorphia Among Serious Sex Offenders. *Archives of Sexual Behavior*, 30, (5), 521-33. Retirado no dia 24/04/04, do website <http://www.medline.com/pmid>

Gusmão, C (2001). *Dos crimes sexuais, atentado violento ao pudor, sedução e corrupção de menores. (6.ed.)*. Rio de Janeiro: F.Bastos. (Original publicado em 1921).

Lee, J.K.P., Jackson,H.J & Pattison P., Ward T. (2002). Developmental risk factors for sexual offending. *Child Abuse & Neglect*, 26, 73-92. Retirado em 10/12/04 pelo COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica).

Lim,E.L., Gwe K.P., Woo, M. Men Who Commit Statutory Rape: How Are They Different From Other Rapists?. *Institute of Mental Health, Republic of Singapore*. Retirado em 21/11/04, pelo COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica).

Morales, A. E. & Schramm, F.R. (2002). A moralidade do abuso sexual intrafamiliar em menores. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7, (2). São Paulo. Retirado em 06/01/05, do Scielo

(Scientific Eletronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br>.

Moreira, D. (2002). *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.

Pesquero, S.R. (2003) A pesquisa qualitativa de enfoque fenomenológico na psicologia. Curso ministrado no programa de Mestrado em Psicologia da UCG. Pesquero, S.R. (prelo) Importância da Act-Psychology de Franz Brentano. Reflexão e Crítica

Petrelli, R. (2003). *Avaliação Temático Arquétipa das Pranchas do Psicodiagnóstico de Rorschach*. (fragmentos de um livro que está no prelo).

Proshansky, H. (1999). Las técnicas proyectivas en la investigación operativa. Diagnóstico e medición encubiertos. Em: Abt, L. & Bellak, L. *Psicologia Proyectiva*. Barcelona: Paidós.

Ribeiro, M.A. & Borges, L.M. (2001, agosto) Violência intrafamiliar: estudo de um caso de abuso sexual na família. *Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Interamericano de Psicologia, realizado em Santiago/Chile*.

Smallbone, S.W & McCabe B.A. (2003) Childhood Attachment, Childhood Sexual Abuse, and Onset of Masturbation Among Adult Sexual Offenders. [Resumo]. *Sexual Abuse: A Journal of Research and Treatment*, 15, (1), 1-9. Retirado em 25/04/05, do www.springerlink.com.

Turato, E. R. (2003). *Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínica – Qualitativa Construção Teórica – Epistemológica Discussão Comparada e Aplicação nas Áreas da Saúde de Humanas*. Petrópolis – RJ: Vozes.

Vargas, J. (1999). Familiares ou Desconhecidos: a relação entre os protagonistas do estupro no fluxo do Sistema de Justiça Criminal. Em: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Retirado em 10/03/04, do Scielo (Scientific Eletronic Library Online) no World

Wide Web: <http://www.scielo.br>.

Vargas, J.D. (1999). *Indivíduos Sob Suspeita: A Cor dos Acusados de Estupro no Fluxo do Sistema de Justiça Criminal. Dados, 42, (4).* Rio de Janeiro. *Retirado em 06/01/05, do Scielo (Scientific Eletronic Library Online) no World Wide Web: <http://www.scielo.br>.*

Vigarello, Georges (1998). *História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX* (L.Magalhães, Trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Wertz, J. (2000). *Method and Findings in a Phenomenological Psychological Study of a Complex Life- Event: Being Criminally Victimized.* In Giorgi, A *Phenomenology and Psychological Psychology*. Pittsburgh. PA. Duquesne University Press.

Anexos

TESTE DE COMPLETAR FRASES DE SACKS (SSCT) ¹

Hora iniciação: _____

Hora finalização: _____

Nome: _____ Sexo: _____ Data aplicação: _____

Instrução:

A seguir há sessenta frases incompletas. Leia atentamente cada uma delas e tente completá-las escrevendo a primeira coisa que lhe vem à cabeça. Trabalhe o mais rápido possível. Se não der conta de completar alguma frase, assinale com um círculo o número da frase e tente completá-la mais tarde.

1. Penso que meu pai quase nunca _____
2. Quando estou perdendo _____
3. Sempre quis _____
4. Se tivesse autoridade _____
5. O futuro parece-me _____
6. Os homens que são meus superiores _____
7. Parece uma frescura eu sentir medo de _____
8. Penso que um verdadeiro amigo _____
9. Quando eu era criança _____
10. A idéia de uma mulher perfeita _____
11. Quando vejo um homem e uma mulher juntos _____
12. Comparada com a maioria das famílias, minha família _____
13. No meu trabalho combino melhor _____
14. Minha mãe _____

¹ Tradução do original em espanhol do Prof.Dr. Saturnino Pesquero Ramón.

15. Faria qualquer coisa para esquecer o momento que _____
16. Oxalá meu pai _____
17. Acredito que tenho capacidade para _____
18. Seria completamente feliz se _____
19. Se tivesse gente trabalhando para mim _____
20. Desejo _____
21. Na escola, meus mestres _____
22. A maioria de meus colegas não sabem que tenho medo de _____
23. Não gosto de gente que _____
24. Antes de ficar preso _____
25. Acredito que a maioria das moças _____
26. Minha opinião sobre a vida matrimonial _____
27. Minha família me trata _____
28. As pessoas com as quais trabalho são _____
29. Minha mãe e eu _____
30. Meu grande erro foi _____
31. Gostaria que meu pai _____
32. Minha maior fraqueza _____
33. Minha ambição secreta na vida _____
34. Se tivesse subordinados _____
35. Algum dia eu _____
36. Quando o guarda da prisão vem até mim _____
37. Gostaria de perder o temor _____
38. A gente de quem mais gosto _____

39. Se voltasse a ser jovem _____
40. Acredito que a maioria das mulheres _____
41. Se tivesse relações sexuais _____
42. A maioria das famílias que conheço _____
43. Gosto de trabalhar com pessoas que _____
44. Acredito que a maioria das mães _____
45. Quando mais novo me sentia culpado por _____
46. Sinto que meu pai é ou foi _____
47. Quando a sorte não me acompanha _____
48. Se desse ordens aos outros, eu _____
49. Aquilo que mais quero da vida _____
50. Quando eu for mais velho _____
51. As pessoas que considero meus superiores _____
52. Meus medos, às vezes me obrigam a _____
53. Quando estou longe meus amigos _____
54. A lembrança infantil mais viva _____
55. O que mais detesto nas mulheres _____
56. Minha vida sexual _____
57. Quando criança, minha família _____
58. As pessoas que trabalham comigo quase sempre _____
59. Gosto da minha mãe, porém _____
60. O pior que fiz até agora _____